



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

FÁBIO JESUS ESTEVES

**PESSOAS TRANS E O DISCURSO CONSERVADOR NO BRASIL: IDEOLOGIA E
EFEITOS DE SENTIDO**

Maceió
2022

FÁBIO JESUS ESTEVES

**PESSOAS TRANS E O DISCURSO CONSERVADOR NO BRASIL: IDEOLOGIA E
EFEITOS DE SENTIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: Discurso: sujeito, história e ideologia.

Maceió

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

E79p Esteves, Fábio Jesus.
Pessoas trans e o discurso conservador do Brasil : ideologia e efeitos de sentido / Fábio Jesus Esteves. – 2022.
86 f. : il.

Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.
Dissertação (mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 81-86.

1. Análise do discurso. 2. Pessoas transgênero - Identidade. 3. Conservadorismo (Política). 4. Identidade de gênero. I. Título.

CDU: 81'42:613.885



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

FÁBIO JESUS ESTEVES

Título do trabalho: "PESSOAS TRANS E O DISCURSO CONSERVADOR NO BRASIL: IDEOLOGIA E EFEITOS DE SENTIDO"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGLL/Ufal)

Examinadoras:

Prof. Dra. Cristiane Gomes de Souza (CESMAC)

Prof. Dra. Maria Virginia Borges Amaral (PPGLL/Ufal)

Maceió, 21 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por me apoiar nos momentos críticos e decisivos da minha história. Agradeço ao meu pai, por ser a firme rocha de sustentação da minha vida. Agradeço à minha mãe, por ser o farol a me apontar os caminhos da vida. Agradeço ao meu filho por me ensinar a amar a vida e compreender o sentido da Felicidade. Agradeço à minha irmã por ser, em muitos momentos, a voz da razão que me faltava. Agradeço à minha noiva, por remar comigo em todos os momentos no barco da vida – sobre o mar calmo ou sobre ondas revoltas. Sem a minha família, eu nada conseguiria!

Agradeço ao meu orientador, professor Sóstenes, que com muita paciência e excelentes indicações de leitura, permitiu-me trilhar pelo caminho da dissertação com muita segurança. Obrigado pelos sorrisos nas orientações, mesmo que através de uma câmera e virtualmente, ajudaram-me a dar leveza ao difícil momento pandêmico no qual escrevi a dissertação.

Agradeço ao Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD), nas pessoas da professora Virgínia e do professor Sóstenes, grupo este que foi fundamental na formação da minha base teórica na Análise do Discurso. Agradeço também aos/às amigos/as/es do GrAD que muito contribuíram para a formação do meu conhecimento e a humanização do meu período acadêmico.

Agradeço às/aos professoras/es que, responsáveis por suas respectivas disciplinas, foram também responsáveis pela minha formação no campo da Linguística e da Literatura.

Agradeço às professoras Maria Francisca e Verônica que, ainda em minhas graduações, fizeram os meus olhos brilharem para a pesquisa acadêmica e todas as suas possibilidades.

Agradeço aos/às amigos/as que fiz em cada reunião, aula, encontro, seminário e conferência da minha trajetória – com eles e elas, tive os meus compromissos acadêmicos virtuais na solidão de um quarto vazio, mas jamais me senti sozinho.

Por fim, agradeço a Deus que, com Sua presença em minh'alma, desperta em mim a alegria do Viver.

“Há algo de bom neste mundo e vale a pena lutar por isso.”

(J. R. R. Tolkien)

RESUMO

A presente dissertação busca analisar os efeitos de sentido do discurso conservador sobre as pessoas trans no Brasil, a partir de publicações disponíveis no meio digital. Para tanto, foram mobilizados conceitos relacionados aos Direitos Humanos, para, em seguida, introduzir à pesquisa a Teoria Queer, de Judith Butler, enquanto embasamento teórico referente às pessoas trans. Como os recortes ocorrem tendo em conta o contexto brasileiro, também foi importante trazer ao debate as contribuições de Berenice Bento, contribuindo principalmente com o conceito de transfeminicídio. A mediação entre gênero e sociedade, história e ideologia ocorre pelo discurso, aqui compreendido de acordo com a teoria da Análise do Discurso (AD), inaugurada por Michel Pêcheux e, no Brasil, desenvolvida por Eni Orlandi. As sequências discursivas foram formuladas a partir de postagens feitas em redes sociais e na internet em geral, sendo compreendidas como o material empírico da pesquisa, mobilizando o conceito de 'memória metálica' (Eni Orlandi). Estas postagens se referem às pessoas que a pesquisa identificou como "formadoras de opinião" ou "influentes" no setor conservador, em diferentes posições-sujeito: Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República), Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (Escritor) e José Siqueira Barros Júnior/Sikêra Júnior (apresentador de TV), todos declaradamente conservadores e com reflexos no discurso político. São mobilizados conceitos essenciais como o esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2, interdiscurso e intradiscurso, como também materialidade e discurso digital, condições de produção do discurso no meio digital e em hiperescala, conservadorismo, conservadorismo no Brasil, e, fundamentalmente, ideologia.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Pessoas trans. Conservadorismo. Gênero.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze the sense effects of conservative discourse on trans people in Brazil, by posts in the digital environment. For this purpose, concepts related to Human Rights were mobilized, to then introduce Judith Butler's Queer Theory into the research, as a theoretical basis for trans people. As the cuts occur taking into account the Brazilian context, it was also important to bring to the debate the contributions of Berenice Bento, contributing mainly to the concept of transfeminicide. The mediation between gender and society, history and ideology occurs through discourse, here understood according to the Analysis of Discourse (AD) theory, inaugurated by Michel Pêcheux and, in Brazil, developed by Eni Orlandi. The discursive sequences were formulated from posts made on social networks and on the internet in general, being understood as the empirical material of the research, mobilizing the concept of "metallic memory" (Eni Orlandi). These posts refer to people that the survey identified as 'opinion makers' or "influentials" in the conservative sector, in different subject positions: Jair Messias Bolsonaro (President of the Republic), Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (Writer) and José Siqueira Barros Júnior/Sikêra Júnior (TV presenter), all avowedly conservative and with consequences in the political discourse. Essential concepts such as forgetting #1 and forgetting #2, interdiscourse and intradiscourse are mobilized, as well as materiality and digital discourse, conditions for the production of discourse in the digital medium and in hyperscale, conservatism, conservatism in Brazil, and, fundamentally, ideology. Results and completion in progress.

Keywords: Speech analysis. Trans people. Conservatism. Genre.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 UTOPIA? UMA INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 NOS PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO, A FALHA EM DISCURSO | 24 |
| 3 SOBRE PESSOAS TRANS PELO VIÉS INTRADISCURSIVO AUTORITÁRIO | 36 |
| 3.1 POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE E DISCURSO AUTORITÁRIO | 39 |
| 3.2 PARA ALÉM DOS BITS DO DISCURSO DIGITAL: pessoas trans e o silenciamento do outro | 51 |
| 4 CONSERVADORISMO NO BRASIL E SEUS EFEITOS DE SENTIDO | 68 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 81 |

1 UTOPIA? UMA INTRODUÇÃO

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”¹

Não é difícil imaginar uma sociedade perfeita, na qual todos são respeitados em suas individualidades e, sem a aproximação com o paradoxo, o pensamento coletivo se faz presente. Não é difícil imaginar... mas, e viver? Um dia será possível existir uma sociedade assim? Apesar do tom utópico deste questionamento, o presente trabalho só existiu na esperança de que, um dia, esta sociedade seja viável. Desse modo, com a pequenez de um grão de areia na imensidão da praia, esta dissertação trata sobre as pessoas trans e o conservadorismo sob o viés da Análise do Discurso² pecheutiana (AD), sem a pretensão de esgotar o tema, mas sendo, tal qual o único grão, parte sólida e fundamental da existência de toda a praia – aqui compreendida como todo o campo do saber.

Muitos autores já trataram sobre o tema individualidade-coletividade, sendo para esta pesquisa mais apropriado o conceito de Marx (2010), que considera o ser humano como um ser da natureza social, explicando que, por mais que pareçam ser conceitos distintos, não há que se falar em individualidade do homem:

¹ Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in *‘Las palabras andantes?’* de Eduardo Galeano. publicado por Siglo XXI, 1994.

² Adotamos a terminologia “do Discurso” em concordância com o entendimento de Marie-Anne Paveau (2012b, p. 1): *“définition qui trouve ses origines dans la « théorie du discours » (je préfère cette expression d’époque à « analyse du discours ») qui s’est développée en France dans les années 1960-1980”* – em tradução livre: “definição que tem suas origens na ‘teoria do discurso’ (prefiro essa expressão da época a ‘análise do discurso’) que se desenvolveu na França nos anos 1960-1980”.

O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas [...] (MARX, 2010, p. 107).

Este pensamento de Marx é fundamental para o entendimento de todo o presente trabalho, uma vez que temas que envolvem gênero, identidades, corpos e discurso são impossíveis de serem trabalhados ou, ainda, questionados, sem a devida compreensão do “social” que nos constitui e nos forma, mesmo havendo, em cada um de nós, traços da individualidade. Posso ser A por me identificar e me dizer como A, mas também por me identificarem como A, ou quando não me identificarem de tal forma, restará a mim a identificação de B, C, D ou tantas outras construções/identificações, desidentificações, contraidentificações.

É a partir do outro (“realizada simultaneamente com outros”) que nós nos constituímos em sujeito e fazemos parte da “vida social”, embora que, em muitos momentos, a depender do outro, seremos nós, à revelia de nossos anseios, meros marginalizados.

Em tentativa de se “normatizar” as relações em sociedade, surgem alguns marcos históricos que auxiliam na concepção mais humanizada de uma sociedade em caráter geral. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos³, por exemplo, em seu artigo 1º, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. [...]”. Além disto, em seu artigo 3º, afirma-se que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, sendo o conceito de liberdade compreendido de forma ampla e não somente em uma liberdade de locomoção (ir e vir), tornando possível inferir também, a título de exemplo, liberdade para a construção de uma identidade própria. Por fim, para a referida Declaração, em seu artigo 2º:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política *ou de outra natureza*, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS

³ Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 217 A III), em 10 de dezembro de 1948.

NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4, grifos nossos).

O documento apresenta expressamente o termo “sexo”, para tratar, à época, sobre gêneros homem-mulher”. Considera-se, portanto, que em 1948, os estudos sobre gênero ainda eram insipientes, razão pela qual, hoje podemos compreender gênero como uma construção social (BUTLER, 2014), desconstruindo-se o conceito binário de gênero (homem-mulher) e colocando-o em uma posição superior da personalidade, tendo em conta que para autoras como Judith Butler (2014, p. 45), o gênero é compreendido como “uma designação psíquica e/ou cultural do eu”; concepção de gênero que pode ser alocada na Declaração supracitada no trecho “ou de outra natureza”.

Contextualizar o conceito de gênero de acordo com a Teoria Queer, aqui representada principalmente por Butler, e trazer preceitos fundamentais sobre os Direitos Humanos, ajuda a construir a base teórica das análises aqui apresentadas, mas não as completam. Para isto, situando a pesquisa no campo da Análise do Discurso (doravante AD), inaugurada pelo linguista e filósofo Michel Pêcheux, é necessário trazer ao debate os seus pressupostos, compondo, então, um tripé de sustentação teórica (Direitos Humanos, Teoria Queer e Análise do Discurso) que permita a melhor análise do objeto da pesquisa: o discurso conservador brasileiro sobre as pessoas trans e os seus efeitos de sentido.

Para isto, ao longo deste trabalho, foram mobilizados conceitos caros à pesquisa: conservadorismo, com ênfase no conservadorismo brasileiro, pessoas trans, discurso e efeitos de sentido. Neste aspecto, é preciso considerar a escalada da violência contra as pessoas trans nos últimos anos, originando casos de transfobia, muitos deles com repercussões graves. Dados do Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020⁴, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), informam que, somente em 2020, ocorreram 175 casos de transfeminicídios no Brasil.

Em dados mais atuais, segundo o Boletim nº 002-2021 da ANTRA, foram

⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

registradas no Brasil as mortes de 89 pessoas trans no 1º semestre de 2021, sendo 9 suicídios e 80 homicídios. Houve, ainda, 33 tentativas de homicídio e 27 violações de Direitos Humanos⁵. Há também que se considerarem os casos da cifra oculta, como os casos subnotificados⁶, havendo a concreta possibilidade dos números de casos de violência contra pessoas trans serem ainda maiores.

A questão sobre as pessoas trans é bastante atual, haja vista que, em termos médicos, somente em 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, retirou a classificação da transexualidade como transtorno mental da CID-11 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde), colocando-a no rol das “condições relacionadas à saúde sexual”⁷.

Para além da construção normatizadora⁸ sobre o tema “gênero”, é mister trazer a evolução histórica do movimento social e político envolvendo gênero, considerando que se buscou, em passado ainda recente, a igualdade entre homens e mulheres. Por se tratar do desenvolvimento do processo histórico, observa-se a binaridade ainda fortemente presente – embora a luta por igualdade continua a mesma.

Esta construção por igualdade entre gêneros possui raízes profundas na concepção de divisão sexual do trabalho; quando mulheres passaram a cobrar o devido reconhecimento por seus esforços laborais:

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

Assim, no início do debate, a inquietação e argumentos se voltaram para o

⁵ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/brasil-e-destaque-em-subnotificacao-de-mortes-e-perpetuacao-de-estigmas-lgbtqia>. Acesso em: 16 jul. 2021.

⁷ Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f411470068>. Acesso em: 16 jul. 2021.

⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 2º.

trabalho doméstico, sendo esta a base das reflexões mais aprofundadas sobre a divisão sexual do trabalho:

A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé*⁹) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (idem).

As autoras reconhecem os avanços nos estudos de gênero no tocante à divisão sexual do trabalho e propõem dois princípios para a melhor compreensão do tema:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio hierárquico* (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). *Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.* Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599, grifos nossos).

Argumentam ainda que, se ao menos a condição da mulher¹⁰ melhorou, a distância entre os grupos de sexo segue insuperável: “tudo muda, nada muda” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Em análise mais atual sobre a divisão sexual do trabalho e trazendo a mulher enfermeira para o escopo para análise, Cavalcanti (2015) aborda a divisão sexual do trabalho no cuidado [da enfermeira], focalizado principalmente na mulher, recuperando, a partir de trabalho anterior, que:

Um olhar mais atento a tal explicação, no entanto, vai identificar aí um rebatimento da divisão sexual do trabalho, ainda que de forma bastante rudimentar. Trata-se do fato de que tal condição se originou, inicialmente, no espaço doméstico, mas *se reproduziu para o conjunto da sociedade*, sendo expressa [...] *no modo como diferentes ocupações passaram a definir as funções de homens e mulheres na vida social.* A referência, grosso modo, para o

⁹ A toalha queima. Tradução livre.

¹⁰ As autoras tratam especificamente da mulher francesa.

desenvolvimento de tal processo teve por base a condição sexual dos sujeitos na esfera do trabalho, aqui considerado tanto no sentido concreto quanto no sentido abstrato do termo (SILVA; CAVALCANTI, 2013, p. 23, grifos nossos).

Portanto, na prática social, cada ocupação pertence a determinado gênero, e a condição sexual determina¹¹ o ofício a ser exercido. Assim, fica cada vez mais perceptível a ideia de que o gênero determina normas/vivências e também o é determinado pelo social, retomando a afirmação de Marx apresentada no início deste trabalho, considerando que “o indivíduo é o ser social” (MARX, 2010, p. 107). Com o trabalho, enquanto organização da vida em sociedade, torna-se nítida a divisão sexual, o que nos permite avançar no debate para a desigualdade de gêneros (agora não mais tratando o gênero sob o manto da binaridade).

Dessa forma, é possível apontar que “a divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica” (SILVA, 2017, p. 12), uma vez que

a desigualdade entre os sexos, no sistema do capital, segue uma tríade inseparável para que possa ter sustentação através *da família, da divisão sexual do trabalho e da reprodução social*. Mesmo com conquistas inegáveis das mulheres sufragistas, feministas [...] ainda existem limitações/opressões/desigualdades de ordem social que impedem a emancipação da mulher, e a raiz encontra-se no modo de sociabilidade atual, regida pelo capital (idem, p. 13, grifos do autor).

Interessa realçar a menção ao conceito de *família* por parte de Silva, uma vez que este é um importante elemento que será melhor explorado no capítulo 4, ao abordarmos o discurso conservador. Entretanto, por agora, é importante já destacar que a “família” é uma das instituições (assim considerada) mais enfatizada e utilizada nos argumentos conservadores. A empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, popularmente conhecida como Brasil Paralelo, responsável pela produção de material audiovisual com viés fortemente conservador no Brasil e que possui mais 197.049.469 visualizações em seu canal

¹¹ Como esta realidade ainda não está superada e o debate ainda é intenso, entendemos que o termo mais adequado ainda é ‘determina’ e não ‘determinava’. É o caso, por exemplo, da enfermagem no Brasil, onde, após pesquisa realizada em 2015 pela Fiocruz, por solicitação do Conselho Federal de Enfermagem, constatou-se que a equipe de enfermagem, a nível nacional, é composta por 84,6% das mulheres. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html#:~:text=A%20equipe%20de%20enfermagem%20%C3%A9,presen%C3%A7a%20de%2015%25%20dos%20homens. Acesso em: 25 jan. 2022.

no Youtube¹², define família como “instituição tradicional” e “corpo intermédio da sociedade”¹³. E é justamente do núcleo “família”, mais especificamente da crítica ao modelo patriarcal de família, de onde partem os movimentos que buscam diminuir as diferenças na divisão sexual do trabalho¹⁴.

Ressaltamos que alguns termos vão sendo utilizados no decorrer deste texto e muitos deles, a depender da época, possuem sentidos distintos. É o caso do termo “sexo”, que possui uma construção histórica caracterizada pela ênfase nos aspectos biológicos, embora atualmente consideramos ser mais apropriado o uso do termo “gênero” (enquanto identidade de gênero).

Cabe destacar ainda que, neste trabalho, faz-se distinção entre gênero e sexualidade, entendendo que gênero não é tão somente uma construção no âmbito pessoal, mas também e principalmente social, sendo a produção de identidades algo permanente (BENTO, 2006).

Por sua vez, a sexualidade, também complexa, diz respeito à orientação sexual. Para não incorrer em apontamento deveras simplista, é importante a retomada de Sedgwick (2007), para quem tratar apenas sobre o problema da definição de gênero é algo que influi diretamente sobre a questão da sexualidade (definição homo e heterossexual).

De acordo com Bagagli (2017, p. 140),

podemos compreender em que medida gênero e sexualidade se interseccionam na produção de efeitos e significados sociais na mesma proporção em que reconhecemos suas especificidades enquanto campos distintos – sem sobrepor equivocadamente um sobre o outro.

Com conceitos mais atuais e muitos ainda em construção, em prol da liberdade de ser quem realmente se é, algumas confusões terminológicas e

¹² Números colhidos em: 30 jan. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/about>. Acesso em: 30 jan. 2022.

¹³ Pelo grande alcance social, entendemos primordial trazer esta fonte para o debate, mesmo não se tratando de autoria clássica (publicações), ainda é uma instituição da sociedade civil organizada. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-conservadorismo?gclid=Cj0KCQiAi9mPBhCJARIsAHchl1zQtQN8uejyTXXzUvbp_1-m9CszfGF3Whzs4q9GcBn_OOI6bANREgQaAgIREALw_wcB. Acesso em: 30 jan. 2022.

¹⁴ Lembrar o jornal francês *Le Torchon Brûlé* (com denúncias ao modelo de família patriarcal) e os apontamentos de Hirata e Kergoat, citadas anteriormente.

identitárias podem ocorrer quando uma pessoa, ao assumir determinada identidade de gênero, possui sexualidade não esperada para tal gênero. Daí podemos ter, por exemplo, mulher trans (identidade transgênera) heterossexual (sexualidade).

Sobre as confusões oriundas das novas identidades, Bagagli (2017, p. 138) afirma que:

podemos sublinhar que existem sexualidades que envolvem a atração por indivíduos de gêneros iguais, diferentes ou por mais de um gênero – sendo designadas, respectivamente, como homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade – e identidades de gênero que podem corresponder ou não com as expectativas sociais sobre o sexo atribuído ao nascimento – sendo designadas, respectivamente, como cisgênera ou transgênera.

Em artigo de Bagagli¹⁵ (2017), é possível encontrar o relato de Leoni (2017), homem trans que, em postagem na rede social Facebook¹⁶, afirma o seguinte:

A sexualidade para a pessoa trans é muito difícil porque não importa o que você seja, sempre vão encontrar uma forma de te desqualificar. Se você é trans e gay, você é só uma menina confusa. Se você é trans e hétero, você está tentando fugir da lesbofobia. Se você é trans e bi, então porque você não continua mulher? Nunca tem uma aceitação da sexualidade. As pessoas acham que trans é uma sexualidade por si só [...] (LEONI, 2017).

Há um processo de construção em evidência no qual, muitas vezes, pelo viés heteronormativo da sociedade, não se é aceito ou compreendido. Portanto, assim como Butler (2014) entende gênero como construção social, a sexualidade, por se tratar de um elemento existente na pluralidade, também pode ser entendida da mesma forma. Este é o entendimento de Weeks (2000, p. 25) citado por Bagagli (2017, p. 144), quando afirma a sexualidade como “construção social e uma invenção histórica com base nas possibilidades do corpo”, afirmando ainda que

¹⁵ Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073>. Acesso em: 25 jan. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/%20Adurrjssind/photos/a.1250036818413463.1073741857.556934177%20723734/1266200693463742/?type=3&theater>. Acesso em: 25 jan. 2022.

embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico (idem).

Nesta perspectiva, há um “imbricamento de questões de gênero e sexualidade” (BAGAGLI, 2017, p. 160) que, sob o viés conservador, merece a atenção do ponto de vista discursivo. Para tanto, é preciso perceber o discurso como mediação entre gênero, sociedade, história e ideologia. Na perspectiva da AD, Pêcheux (2014) compreende o sujeito como uma posição no discurso, razão pela qual situamos o gênero no centro de processos de significação, uma vez que derivam do discurso sobre gênero os mais diversos efeitos de sentido, importando-nos a compreensão de como tais efeitos funcionam sobre e nas pessoas que “escapam ao” ou “transitam entre” o binarismo de gênero. Por esta via, fazemos uma aproximação entre a concepção de constructo social do gênero (BUTLER, 2014) e o discurso em Pêcheux (2014), compreendido para além de uma representação; o discurso é uma prática de significação do mundo.

Desse modo, podemos aproximar as proposições de Butler dos pressupostos da AD, ao considerarmos os processos de significação sobre as pessoas trans. Para Cassana (2018, p. 59):

Há uma tentativa discursiva e, portanto, ideológica, de colocar os sujeitos transexuais a um esquadro social imposto por esse discurso dominante. Na hipótese de não caberem nas normas propostas, são relegados à margem, ao que está na periferia do discurso e da sociedade.

Neste sentido, falar sobre pessoas trans é também falar sobre a concepção de “corpo” e os seus limites interpostos socialmente, o que pode ser pensado no que Pêcheux (1983 [2015], p. 30) tratou como “gestão social dos indivíduos”:

marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos.

Compreender, portanto, como o corpo da pessoa trans é construído discursivamente é um caminho importante para conseguirmos desenvolver uma

concepção sobre os efeitos de sentido desta construção discursiva sobre as pessoas trans e a sociedade como um todo, inclusive porque “há um colamento ao historicamente estabelecido, ou seja, há elementos pré-construídos que já atribuem sentidos prévios a esses sujeitos dos quais é muito difícil descolar-se (e deslocar-se)” (CASSANA, 2018, p. 62).

O corpo, atravessado pela linguagem (BALDINI, 2017), possui em si uma constituição política e social – não sendo possível deslocá-lo para longe dos acontecimentos histórico, social e discursivo. Considerando, portanto, que o corpo significa, na medida em que os efeitos de sentido são produzidos, torna-se oportuna a análise discursiva também do corpo trans na sociedade burguesa. Para isto, foram selecionadas publicações de redes sociais, realizadas por sujeitos considerados “influentes” no atual conservadorismo brasileiro, com reflexo direto na política brasileira, principalmente a política realizada pela ala da direita.

Aqui há a necessidade de abrirmos um parêntese, dada a importância de se estudar a direita por um viés discursivo. Teitelbaum¹⁷ (2020), no início de sua obra que buscou estudar personalidades da direita radical no mundo¹⁸, afirma que “estudar a direita radical contemporânea é estudar o movimento político mais transformador do início do século XXI. É testemunhar a história” (TEITELBAUM, 2020, p. 18).

Teitelbaum (2020, p. 26) percebe um aumento na atuação de movimentos de direita organizados, tratando como “nascimento de múltiplas campanhas geopolíticas”, no qual, após instabilidade política no mundo da última década, ocorre “uma escalada mirabolante da intelectualidade alternativa de direita para tirar proveito da situação”. Dentre estes movimentos, tratados pelo autor como ‘intelectualidade alternativa de direita’, encontramos, por exemplo, Olavo de Carvalho¹⁹.

¹⁷ O autor não considera algumas personalidades da direita contemporânea como “conservadoras”, mas sim como “tradicionalistas”. Entretanto, pela importância de sua obra, extremamente atual, impossível não utilizá-la nesta pesquisa.

¹⁸ Steve Bannon nos EUA, Alexandr Dugin na Rússia e Olavo de Carvalho no Brasil.

¹⁹ Escritor brasileiro, autodenominado filósofo; faleceu em 24 de janeiro de 2022, durante a finalização desta escrita.

Das publicações selecionadas das redes sociais, foram formuladas Sequências Discursivas (SDs), analisadas segundo a vertente pecheutiana da AD. Tais SD compõem um *corpus* discursivo formulado a partir de dizeres de diferentes posições-sujeito: Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), como Presidente da República; Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (Olavo de Carvalho), como escritor e José Siqueira Barros Júnior (Sikêra Júnior) como mídia, sendo estes dois últimos diretamente ligados ao discurso aliado ao poder político dominante do primeiro (Jair Messias Bolsonaro), inscrevendo-se, assim, na aqui nomeada formação discursiva da política bolsonarista.

Cabe lembrar que esta política encontra sólido sustento no conservadorismo, sendo o contrário também uma verdade, havendo entre ambos (política bolsonarista e conservadorismo) um processo de troca mútua de práticas e saberes, que tende a se retroalimentar com o passar do tempo e das ações em curso.

O recorte da materialidade de análise se deu por meio dos seguintes enunciados em meio digital, registrados via captura de tela:

1. Publicação na rede social Instagram do apresentador de telejornal Sikêra Júnior;
2. Publicações do escritor Olavo de Carvalho, ocorridas em redes sociais (Facebook e Twitter);
3. Publicações de Jair Bolsonaro na rede social Twitter.

Todas estas publicações no meio digital falam sobre as e/ou pelas pessoas trans. Em suporte à concepção do uso da internet e da extensão do discurso digital, o presente trabalho também se utiliza de outros materiais do digital que, embora não façam parte do *corpus*, oferecem um suporte para a compreensão das análises aqui apresentadas.

Dadas as especificidades da pesquisa, torna-se difícil não tratar sobre o digital e, mais especificamente, o discurso digital. Para Dias (2018), é importante, nos dias atuais, pensar o sujeito pragmático (de Pêcheux) junto com o digital. A

autora segue afirmando que

aparelhos domésticos conectados à internet gerem ao mesmo tempo a vida cotidiana; e as “grandes decisões” dos sujeitos são cada vez mais determinadas por aquilo que circula pelo digital entre nossos dedos (DIAS, 2018, p. 59).

O digital funciona, portanto, como espinha dorsal para a circulação de sentidos na atualidade. De acordo com Dias (2018, p. 60), “o digital se tornou o grande sistema lógico portátil no qual todos os outros se convertem em sistemas menores, divisíveis e aparentemente independentes”. Assim, para que não ocorra a confusão do termo digital enquanto ‘real x digital’ ou ‘real x virtual’, adotamos, de forma mais direta, o entendimento de discursos digitais como aqueles oriundos na e da internet (PAVEAU, 2014).

Sem a pretensão de avançar no tema ainda na introdução, consideramos relevante a indagação de Dias (2018, p. 63): “como o digital significa?”. Associando ao discurso conservador, esperamos contribuir com a reflexão, sem desconsiderar a sua complexidade. Sabemos que “compreender a ordem do discurso digital, ou seja, entender como o simbólico em sua relação com o político determina sentidos, mas também os sujeitos” (idem) foi o grande desafio da autora e, associando à compreensão do discurso conservador sobre as pessoas trans (com o uso do digital), torna-se também o nosso desafio.

Tem-se em conta que destes discursos originam-se efeitos de sentido e o assujeitamento de novos indivíduos em decorrência do enorme alcance e circulação no meio digital, assumindo aqui a tese althusseriana da interpelação ideológica, nos termos apresentados por Pêcheux (2014), considerando a ideologia como constitutiva no discurso, e este último como um “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Na perspectiva da AD, os processos discursivos sofrem alterações pelos sentidos (historicidade), no que intervém a sociedade e a história, sempre considerando a história não como um contexto, mas sim conceito político-social (ORLANDI, 2020), havendo diversos sujeitos em processo de designação.

Sobre este processo, é preciso considerar que todo e qualquer ato, que segregue e/ou execre as pessoas trans, pode possuir influência direta nos casos de violência contra esta minoria, destacando-se aqui os altos índices de “transfeminicídio”.

É importante considerar que “transfeminicídio” não existe na legislação brasileira, nem em forma de crime comum e nem em forma de qualificadora do crime de homicídio, como é o caso do feminicídio, encontrado no artigo 121 do Código Penal. Desse modo, entendemos que a construção do termo não é legal, mas social, a partir da sugestão de Bento (2014, p. 1): “Sugiro nomear os assassinatos cometidos contra a população trans como transfeminicídio, reforçando que a motivação da violência advém do gênero”, o que põe em relevo a produção social da palavra como fundamental no processo de significação.

Dessa forma, observamos que as palavras significam na relação com as condições de produção, com os sujeitos e com a história; ou seja, a palavra, isolada, não possui sentido em si mesma, mas precisa das condições de produção do discurso para produzir sentidos, dependendo do “processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÉCHEUX, 2014, p. 146).

O entendimento das condições de produção do discurso também contribui para a justificativa do conjunto de sequências discursivas, uma vez que Courtine (2009 [1981], p. 54) define o *corpus* discursivo “como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso”.

É possível afirmar, então, que, dadas as condições de produção do discurso conservador sobre as pessoas trans na atualidade, torna-se possível formular um *corpus* discursivo que possui sequências discursivas de diferentes posições-sujeito, mas todas elas dominadas pela mesma formação discursiva (doravante FD), a FD conservadora.

Nesse sentido, nossos gestos de análise têm por objetivo compreender também como são produzidos os sentidos sobre as pessoas trans nas condições

atuais de produção do discurso. Desse modo, buscamos compreender também como as palavras e expressões, utilizadas nas SDs, circulam na sociedade, produzindo os mais diversos efeitos de sentido.

Temos por pressuposto que, para Pêcheux (2014, p. 146-147, grifos do autor):

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Não é possível, portanto, abordar o “discurso sobre” algo ou alguém sem considerar o “já dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 154), tampouco ignorar a filiação do sujeito do discurso para com a formação discursiva que o constitui e à qual ele se identifica. Pêcheux (2014, p. 154) chama de “forma-sujeito” esta filiação na qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui, esquecendo-se do “já dito”, de que há algo que sempre fala antes, o que em Pêcheux (2014) é possível considerar como interdiscurso.

Por sua vez, a formação discursiva é compreendida por Pêcheux (2014, p. 147, grifos do autor) como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Tendo em conta que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56), remetemos tal agitação aos efeitos de sentido sobre as pessoas numa formação discursiva conservadora, em sua relação constitutiva com outras formações discursivas e as formações ideológicas em presença, sendo estas últimas consideradas:

[...] para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto

complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p. 26, grifos dos autores).

Uma vez mobilizados os pressupostos teórico-analíticos da AD, em articulação com uma abordagem sobre os Direitos Humanos e as proposições de Butler, guardadas aqui as devidas distinções epistemológicas, nosso percurso de pesquisa e de exposição leva em conta que, para Pêcheux (2015, p. 54):

[...] o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.

Consideramos que não há que se falar, portanto, em se ter plena consciência do que se diz (PÊCHEUX, 2015) ou afirmar, então, que a análise de algum enunciado ou de alguma sequência é fechada e perfeitamente conclusiva, uma vez que sempre há o “discurso-outro” (idem, p. 54), sendo o “discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência” (ibidem).

Nesses termos, tratar sobre o discurso e seus efeitos de sentido sem considerar o sujeito, a história e a ideologia, constitui um equívoco, assim como o é uma intencionalidade do sujeito sobre o objeto e uma suposta neutralidade da ciência. Nas palavras de Pêcheux (2015, p. 55): “o fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece”.

Cabe destacar que o interesse pelo tema aqui apresentado surgiu ainda durante a realização da monografia na graduação de Direito, na qual foi realizada uma pesquisa para compreender a importância do nome social²⁰ para as pessoas trans, focando principalmente em tópicos legais. Na referida monografia, foram identificados diversos aspectos que poderiam apontar, ao nível de Brasil, uma

²⁰ O nome social é como a pessoa de fato se identifica e principalmente como é identificada na sociedade. O Supremo Tribunal Federal definiu tese no sentido de que todo cidadão possui o direito de escolher o próprio nome e como deseja ser chamado.

relação entre a discriminação sofrida pelas pessoas trans e o conservadorismo, entretanto, não se dispunha dos dispositivos teóricos suficientes para a realização de uma análise discursiva.

Por ocasião do mestrado, procuramos na Análise do Discurso os fundamentos para a abordagem da temática a partir de outro referencial, uma vez que nossa principal questão de pesquisa estava voltada a analisar os efeitos de sentido do discurso conservador sobre as pessoas trans no Brasil. Partimos do pressuposto de que o discurso conservador intensifica a discriminação das pessoas trans, através da constituição, formulação e circulação de sentidos nas redes sociais e, para tanto, recupera elementos autoritários no espaço político, utilizando-se também de figuras midiáticas para reforçar o conservadorismo nos interlocutores que com ele se identificam, enquanto contribui para a repressão dos seus opositores.

Na seção seguinte, abordamos a falha no discurso, e na seção 3, trazemos reflexões sobre a pessoa trans pelo viés do discurso autoritário e também pelo silenciamento do outro no discurso conservador imbricado no discurso digital; por sua vez, na seção 4, voltamos a reflexão mais específica sobre o discurso conservador e, nas considerações finais, realçamos os efeitos de sentido do discurso conservador sobre as pessoas trans.

2 NOS PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO, A FALHA EM DISCURSO

“Só há causa para o que manca.”²¹

Na perspectiva do discurso, os processos de designação são constituídos histórica e ideologicamente, razão pela qual são compreendidos como espaços de materialização de sentido e produção de efeitos. Desse modo, ao nomear um determinado objeto estamos mobilizando sentidos *já-lá*, assumido aqui o pressuposto fundamental de que o sentido não está colado na palavra, conforme nos ensinou Pêcheux. Portanto, pomos em perspectiva como seria a definição, pela língua, de algo bem mais complexo como *gênero*.

Já vimos que gênero é uma construção social (BUTLER, 2014), sendo possível realizar esta construção não apenas sobre si, mas também sobre o outro. Nesta concepção, para referenciar e definir, é preciso antes significar. Designar pessoas em conceitos pré-estabelecidos de gênero e sexualidade é tratar de uma construção de identidade – neste caso, a identidade do outro – pela língua/pelo discurso. Entretanto, questiona-se até onde é possível designar (novas) identidades nos (e a partir dos) processos discursivos e, ainda: considerando que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 84), quais seriam então os efeitos de sentidos destas designações de identidades?

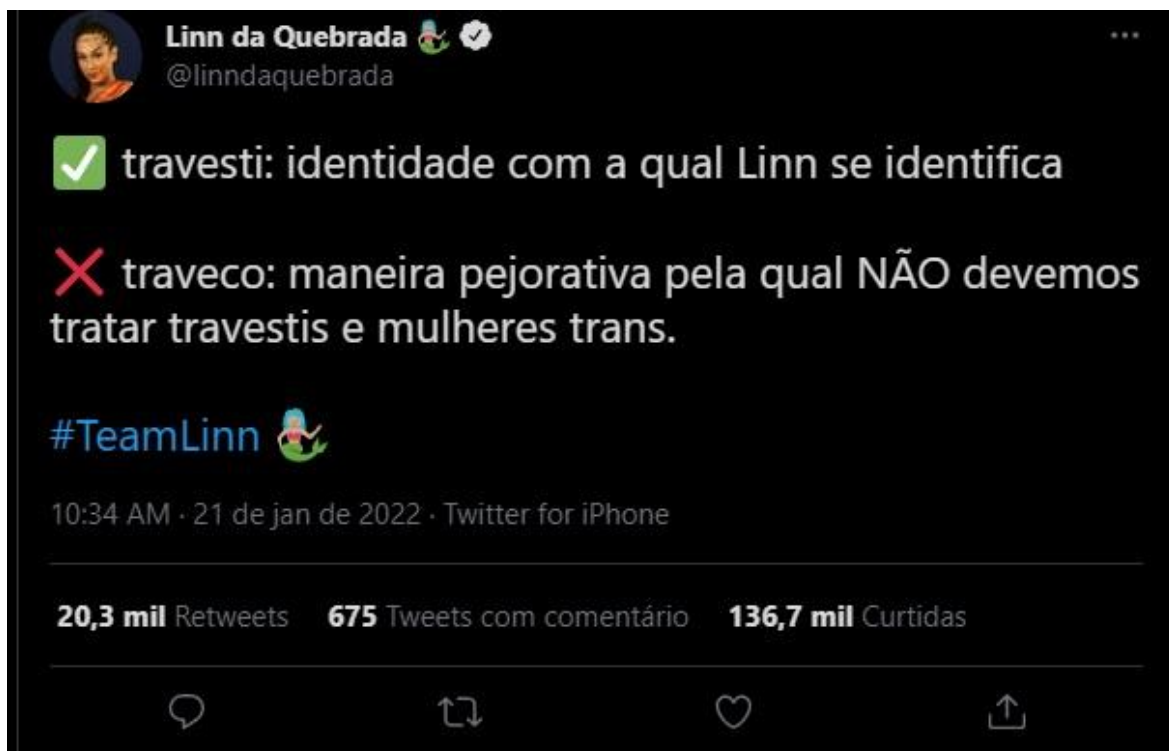
Nesses processos de designação entram em cena os estigmas sociais e as tentativas de estabilização de sentidos “socialmente aceitos”, ainda que não necessariamente os mais corretos do ponto de vista ético, por exemplo. É por esta via que não se designa um homem gay de homossexual, mas de “viado” (sic), e não se designa uma mulher lésbica de homossexual, mas de “sapatão”. Nesta perspectiva, a mulher trans passa a ser designada como “o traveco”

²¹ J. Lacan (1988, p. 27). Trecho encontrado na publicação do Seminário de 1964 (Livro 11 - os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise). Em tradução de Pêcheux, encontra-se: “Só há causa para o que falha”.

(atenção para o artigo masculino e o nome pejorativo) e o homem trans passa a ser “aquilo/aquela coisa/caminhoneira” (como da ordem do inominável).

Sobre a questão da denominação enquanto forma de acolher ou segregar, é possível abordar a temática atual da participação da segunda²² mulher trans no programa televisivo de alcance nacional denominado Big Brother Brasil (Globo). No referido programa (na edição 22), há a presença da cantora e compositora Lina Pereira dos Santos, popularmente conhecida como Linn da Quebrada²³. Com a visibilidade, a equipe responsável por administrar as redes sociais da cantora (espaço de materialização do discurso digital!), publicou no Twitter um texto curto sobre a diferença entre ‘travesti’ e ‘traveco’, demonstrando, na voz das pessoas trans, como elas querem ser chamadas e, ainda mais importante, como elas não querem ser chamadas (apesar da publicação de uma equipe gerenciando sua conta oficial, a própria cantora abordou o tema em rede nacional):

Imagem 1 - publicação oficial do Twitter da Linn da Quebrada.



Disponível em: <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1484519843529465856>.
Acesso em: 29 jan. 2022.

²² Em 2011, houve a participação da primeira mulher trans no programa. Ariadna Arantes.

²³ Com a participação na edição 22 do programa televisivo ainda em andamento, Linn já foi chamada de ‘amigo’ (no masculino) e sofreu diversas outras formas de preconceito linguístico.

A cantora possui uma tatuagem, acima da sobrancelha, na qual é possível ler o pronome pessoal “ELA”. Sabemos que o local (no corpo físico) da tatuagem tem muito a dizer. Para Paveau (2015, p. 15, grifos nossos), “a tatuagem normalmente é verbo-icônica ou *verbo-corporal* (*tatuada sobre uma parte do corpo que contribui para o sentido de conjunto*).”

Imagem 2 - Lina Pereira dos Santos (Linn da Quebrada) e a tatuagem com o pronome pessoal ELA logo acima da sobrancelha.



Arquivo pessoal/ Linn da Quebrada.

Questionada ao vivo e em rede nacional sobre a tatuagem, Linn da Quebrada explicou que marcou o corpo, em local extremamente visível, com o pronome pelo qual quer ser tratada na esperança, desta forma, de ser respeitada. É o corpo servindo como forma de protesto.

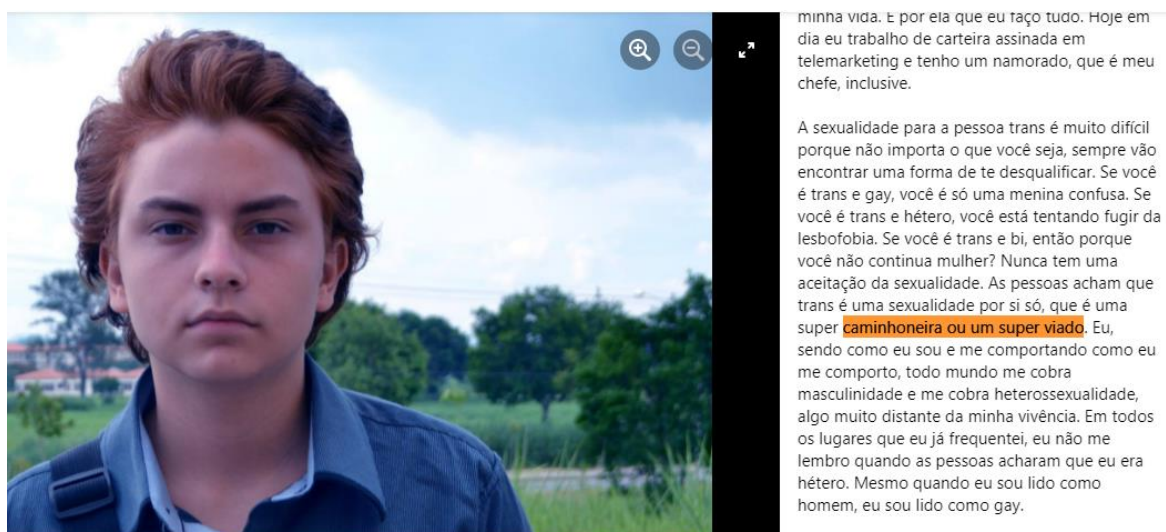
Ao escrever sobre tatuagens escriturais, Paveau (2015, p. 6-7) considera

as tatuagens (escritas e também as desenhadas) como “escrituras corporais, grafemas na pele que constituem ao mesmo tempo um discurso do corpo e um discurso sobre o corpo, o que tenho chamado de corpografese (PAVEAU, 2006, 2007a)”. Especificamente sobre a tatuagem escrita, para a referida autora,

a tatuagem escrita faz, com efeito, do corpo um suporte de discurso no qual tudo leva a crer que ele possua, como todo discurso, um produtor, um receptor, uma forma e uma interpretação. Mas a natureza do suporte e dos conteúdos tatuados confunde consideravelmente o circuito habitual da produção discursiva, o que torna a enunciação tatuada extremamente específica [...] (Idem).

Por sua vez, sobre os termos ‘viado’ e ‘caminhoneira’, é possível resgatar o depoimento de Leoni (2017), que, enquanto homem trans, aborda sobre os preconceitos e termos a ele inerentes:

Imagem 3 - captura de tela de publicação no Facebook.



Disponível em:

<https://www.facebook.com/%20Aduurrjssind/photos/a.1250036818413463.1073741857.556934177%20723734/1266200693463742/?type=3&theater>. Acesso em: 29 jan. 2022.

Até mesmo fora da binaridade masculino-feminino, em sua dificuldade de construir conceitos e identidades para além da heteronormatividade, há “caixinhas” de designações nas quais se inscrevem e são inscritas (e segregadas) muitas pessoas que escapam ao jogo binário/heteronormativo/cis, a exemplo das pessoas não binárias.

Há de se considerar que os sujeitos, ao designarem o outro, estão

mobilizando sentidos que se materializam no discurso pelo efeito da interpelação ideológica. Desses discursos, são produzidos efeitos de sentidos, que contribuem para os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação²⁴ com determinada formação discursiva, possibilitando pensar aí o assujeitamento, de Pêcheux (2014), na interpelação.

Pela língua, é possível identificar o funcionamento dos discursos em sua constituição sócio-histórica, conforme Kulick (1999) demonstra, ao citar as travestis que chamam seus respectivos clientes de *mariconas*, numa tentativa de inferiorizá-los, num processo de relações desiguais de poder, que simula pela língua uma suposta condição de não se sentirem execradas ou terem seus corpos objetificados. Ainda segundo Kulick (1999), o próprio artigo (a/o) é capaz de elogiar ou ofender, uma vez que a designação o *travesti* constitui uma ofensa, enquanto a *travesti* produz sentido de elogio e pertencimento.

Reforçando o debate sobre o tratamento das travestis com pronome masculino ou masculino gramatical em geral, Borba e Ostermann (2008, p. 409) afirmam que

as travestis empregam o masculino gramatical para 1) produzir narrativas sobre o período anterior às suas transformações corporais; 2) reportar discursos produzidos por outros ao falar de travestis; 3) falar de si em suas relações familiares; e 4) distinguir-se de outras travestis com as quais as falantes não se identificam.

Tal diferenciação do artigo “a” ou “o” é um exemplo de como os discursos produzem sentidos diversos, havendo ou não identificação com determinada formação discursiva. Salientamos, entretanto, que este posicionamento não se dá de maneira autônoma e consciente, uma vez que, para Pêcheux (2014, p. 150, grifos do autor)

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito apoia-

²⁴ Na identificação, o sujeito não se opõe aos saberes e na contraidentificação há o questionamento destes saberes (PÊCHEUX, 2014). Por sua vez, na desidentificação, há “[...] uma tomada de posição não-subjetiva” (PÊCHEUX, 1995, p. 217), na qual o efeito de desidentificação ocorre por um “processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de ‘tipo novo’” (PÊCHEUX, 1995, p. 217).

se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso pelo próprio sujeito.

Põe-se, então, em relação constitutiva o discurso – materialidade da Ideologia – e a língua – materialidade do discurso. Desse modo, recuperando o exemplo anterior, ao chamar uma mulher homossexual de “sapatão”, o sujeito não o faz, necessariamente, como fruto de uma construção individual, consciente, por livre escolha, como quem constrói do zero uma dada identidade (sapatão), antes se trata de uma filiação a uma formação discursiva, por efeito da ideologia.

Portanto, não se trata de uma criação de identidades com origem no sujeito, uma vez que o sujeito não é detentor daquilo que diz. Como Pêcheux (2014, p. 161-162, grifos do autor) afirmou:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Desse modo, os processos de designação se constituem enquanto efeito do esquecimento no discurso, pondo em perspectiva a relação do inconsciente e da ideologia (Esquecimento nº 1), e desta com a enunciação (Esquecimento nº 2). Em outros termos:

Tratando-se, portanto, de um ‘sistema inconsciente’, no qual o sujeito-falante não possui a noção de sua imersão e não pode se perceber fora dele, não há que se falar em opinião como quem detém total controle sobre o discurso. O sujeito-falante, então, só pode se inserir naquilo que já existe (ESTEVES, 2021, p. 359).

Ainda, considerando que “ler é saber que o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 1988, p. 18), questionamos: qual o efeito de sentido produzido ao chamar uma pessoa com um nome que remete ao animal (viado – veado), ou no caso de remeter a um objeto (sapatão – sapato)? Trata-se de um processo de designação no qual é retomada uma palavra (veado/sapato), para, no

deslocamento entre diferentes formações discursivas, produzir diferentes efeitos de sentido, quer pelo efeito do desvio da escrita/pronúncia (viado), quer pelo aumentativo (sapatão): é a construção da identidade do outro.

Zoppi Fontana (2017, p. 66, grifos nossos) considera que “os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente *afetados pelos processos históricos de silenciamento*”. Do termo ‘afetados’, podemos trazer para o debate a afirmação de Nascimento (2017, p. 50) sobre os afetos, para quem “os homens são partes finitas da Natureza que sofrem a ação contínua de causas externas que, mais fortes do que cada indivíduo, os submetem aos afetos passivos ou paixões”.

Depreende-se, portanto, que chamar outra pessoa de “viado” ou “sapatão” constitui um processo histórico de silenciamento, que contribui para silenciar o espectro humano da identidade alheia e tudo aquilo que daí deriva, como, por exemplo, os direitos humanos e sociais da pessoa, em seu processo de subjetivação.

Daí, retomamos o conceito de *lugares de enunciação* (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 69, grifos da autora), diferenciado do que se tem tratado recentemente por “lugar de falar”:

[...] propomos pensar a problemática do “lugar de fala” a partir de uma perspectiva discursiva e redefinindo-o como “lugar de enunciação” em relação ao funcionamento da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso. Compreendido dessa forma, sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o “lugar de fala” se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em processos metonímicos que o legitimam a partir da experiência vivida de um *eu* que se identifica com outros *eu*.

Considera-se, portanto, no lugar de falar, a “dimensão enunciativo-discursiva no quadro dos processos de identificação simbólica, ou seja, como uma dimensão do sujeito do discurso” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 70).

Ainda sobre gênero e construção de identidade de outro, é possível lembrar o caso do termo “presidente(a)” no Brasil, citando, a título de exemplo, o

caso da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, que ao assumir a presidência da Suprema Corte, foi questionada sobre como deveria ser tratada: presidente ou presidenta, momento em que a ministra Cármen Lúcia respondeu: “Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?”, fazendo alusão à Dilma Rousseff, que avocou para si o termo presidenta, em demonstração do empoderamento feminino pela língua.

Dias (2018) aborda esta emblemática situação em sua obra “Análise do Discurso Digital: sujeito, espaço, memória e arquivo”, apontando que

a resposta da ministra Cármen Lúcia marca na língua uma posição política. Assim como a escolha de Dilma Rousseff marca na política uma posição pela língua, ao fazer questão de utilizar a forma que traz a marca de gênero feminino (DIAS, 2018, p. 175).

Refletindo sobre como a palavra e a língua podem significar e identidades tendem a ser produzidas, Mäder e Severo (2016, p. 248, grifos dEs autorEs) discorrem que:

O que está em questão é a escolha entre uma variante que seria considerada como um caso de flexão – *presidente* – e outra que seria considerada como um caso de derivação – *presidenta* –, e mais marcadamente feminina. Considerando a história política brasileira, ao longo da qual o cargo máximo do Poder Executivo foi, desde a proclamação da República, ocupado exclusivamente por homens, é possível supor que a palavra *presidente* tenha adquirido, decorrente do uso, o significado de ‘pessoa do gênero masculino que exerce a função de presidência da República’.

Não por acaso, referenciamos os grifos da citação supracitada como “dEs autorEs”; momento oportuno para abordar nesta dissertação a questão da Linguagem Não Binária e o posicionamento desta pesquisa quanto ao tema. Afinal, por que é possível optar pelo elemento “es” e o texto continuar fazendo sentido? Se o termo padrão “grifos dos autores” fosse adotado, não seria esta uma forma de exclusão da autora Cristine Severo? Ainda, optando-se pelo termo “grifos das autoras”, seria também uma forma de exclusão do autor Guilherme Mäder – ou seria uma mera provocação?

São questionamentos possíveis, uma vez que podem ser encontradas marcas sexistas na língua que, durante séculos, foram utilizadas por todos (ou

todEs) e, inclusive, por pesquisadores/as (pesquisadores) da língua. Ainda segundo Mäder e Severo (2016, p. 259), “uma possível mudança na gramática do português brasileiro, no sentido de se eliminar marcas sexistas da língua, apesar de parecer improvável, pode também vir a ocorrer, se pensarmos que o contexto cultural tem se modificado rapidamente nas últimas décadas”. E é justamente sobre este contexto cultural estar sendo modificado atualmente, com o debate sobre a Linguagem Não Binária, chamada por alguns estudiosos como Linguagem Neutra, que foi possível compreender a expressão “grifos dEs autorEs”.

Em posicionamento contrário, Jamilk (2021, p. 69) reconhece que “nenhuma língua é estanque”. Entretanto, posiciona-se contrário ao que foi chamado por ele por “Linguagem Neutra de Gênero”, afirmando que há uma crucial diferença entre o gênero gramatical e o gênero, tratado pelo autor, como biopsicossocial (JAMILK, 2021).

Aproximando-se de uma visão formalista, o autor afirma, ainda, que “a língua é uma ferramenta, não possui qualquer caráter sexista, intolerante ou preconceituoso; as pessoas que fazem uso dela é que manifestam essas características” (JAMILK, 2021, p. 108) e conclui, utilizando-se de elementos gramaticais que recaem no binarismo, que é possível resolver a questão da discriminação – “entendemos que é possível falar em gênero 0 e gênero 1 ou mesmo em gênero A ou gênero O, se isso facilitar a compreensão para o falante” (JAMILK, 2021, p. 109) – não sendo preciso, portanto, mudar a terminação de uma palavra, mas sim a terminologia utilizada ao se ensinar gênero gramatical (JAMILK, 2021).

Sobre o uso do termo *neutro* (“gênero neutro”, “linguagem neutra” etc.), enquanto puramente gramatical, retoma-se que

Linguisticamente, é impossível que os pronomes pessoais e demonstrativos, adjetivos e substantivos não identifiquem o gênero de um sujeito que fala ou do qual se quer falar. A estrutura da língua portuguesa não permite, salvo algumas exceções, que falemos em um gênero neutro, sem nos referirmos a uma pessoa do sexo feminino ou masculino. Assim, dizemos “ele” ou “ela”, “dele” ou “dela”. É inconcebível dizer ele e ela, dele e dela. Esse

impossível da língua mostra o seu furo: a impossibilidade de tudo nomear, de tudo corresponder (CASSANA, 2017, p. 35).

Em respeito ao atual debate teórico sobre o tema, a presente pesquisa traz à luz entendimentos contrários sobre a questão e se posiciona em local de quem observa o debate, mas ainda não assume para si a posição de usar, por exemplo, a Linguagem Não Binária em todo o corpo desta dissertação. Reconhecemos a importância do debate e a relevância das alterações didáticas e até mesmo usuais no cotidiano da sociedade (“bom dia a todos”; “bom dia a todas as pessoas”, “bom dia a todos/as”; “bom dia a todes” ou “bom dia a todos, todas e todes”), inclusive no que diz respeito à construção de identidades.

Assim, sem a pretensão de se ter uma resposta pronta, questiona-se: ao considerarmos o já-dito, “aquele que está na base do dizível” (ORLANDI, 2020, p. 29), é possível construir uma (nova) identidade de gênero, aqui considerando o gênero social?

Sobre este ponto, podemos refletir o próprio uso de termos que, para nós, pesquisadores, parecem comuns, mas que na prática social e nos textos legais, eles são raros. Cisgênero/cisgênera e transgênero/transgênera, dois termos teoricamente antagônicos, mas interligados entre si, afinal, existiria o *cis* sem o *trans*?

Sobre o uso social da terminologia cisgênero, Bagagli (2018, p. 14) aponta:

São raras as menções ao termo “cisgênero” em textos oficiais, como leis ou resoluções, trabalhos e artigos acadêmicos e mesmo em dicionários e em publicações referentes aos estudos de gênero. “Raras” para não dizer completamente inexistentes, apesar do crescente uso da palavra em espaços da internet, em especial em blogs feministas e militantes. A baixa utilização ou visibilidade do termo fora destes espaços, como em discursos oficiais/acadêmicos destoa em relação ao uso dos termos “transgênero”, “travesti” e “transexual”, sendo estes muito mais correntes, seja no uso acadêmico ou corriqueiro.

Ou seja, o termo é praticamente inexistente em redações oficiais, demonstrando quem ou o quê é a norma; trans são exceções nas redações oficiais – pessoas trans precisam ser explicitamente nominadas, pois estão fora da norma social. Em complemento ao termo heteronormatividade, podemos

apontar a “cis-heteronormatividade” ou padrões cisnormativos presentes na sociedade onde as pessoas trans simplesmente não se encaixam (BAGAGLI, 2016).

O uso do conceito de cisnormatividade se deve principalmente por autoras/es da literatura transfeminista, estendendo-se para o uso na internet, mas o uso social como um todo não ocorre. Entretanto, mais do que mostrar a exceção à norma, tal fenômeno aponta para a importância da concepção do termo:

No que tange explicitamente à teoria transfeminista, entendemos a relevância da criação do conceito de cisgeneridade – assim como de cisnormatividade, cisgeneridade compulsória ou cissexismo - para que possamos problematizar o fenômeno da patologização tendo em vista um deslocamento de uma perspectiva hegemônica (BAGAGLI, 2016, p. 90).

É compreendendo a construção do termo “cis” que se chega à real importância do “trans”. Vejamos, o debate inicial ocorre na esfera médica, na qual o discurso, em passado não tão distante, apontava para uma cisgeneridade compulsória (BAGAGLI, 2016), em que o determinismo biológico ditava gêneros. Todavia, romper com este paradigma e denunciar a norma excludente é a prática do ousar se revoltar (PÊCHEUX, 2014), do ousar pensar por si mesmo.

Romper a binaridade significa, portanto, ir além. Além do já dito e além do já pensado, sendo esta a importância da literatura transfeminista para a sociedade e, especificamente, para esta pesquisa. Sobre o tema, transfeminismo:

[...] pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, *rediscute a subordinação morfológica do gênero* (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes do tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (JESUS, 2014a, p. 5).

Se aqui se constrói a exceção (trans) com base na norma (cis), é possível

então identificar uma falha. Dessa forma, o sujeito de Pêcheux, construído na materialidade histórica, é um sujeito sujeito à língua, com a devida licença da cacofonia. Desse modo, a língua, enquanto imperfeita, falha – e a falha constitui; há devido “valor político e histórico da falha” (PÊCHEUX, 1993, p. 105).

É das falhas e da língua que se desenvolvem processos discursivos. Sobre o tema, Pêcheux (2014, p. 81) afirma que o sistema da língua funciona como “a base comum de processos discursivos diferenciados”, havendo autonomia em dado sistema linguístico:

Ao opor base linguística e processo discursivo, inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado recentemente por P. Henry, todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvemos processos discursivos [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 81-82).

Não há construção sólida e perfeita daquilo que se diz, uma vez que “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (PECHÊUX; GADET, 1993, p. 55). Para Silva (2017, p. 29), as palavras possuem diferentes significados ou o inverso também pode ocorrer:

Uma mesma palavra pode ganhar sentidos “x”, “y”, “z” ou pode ocorrer o inverso, sentidos “x”, “y”, “z” podem estar imbricados em uma só palavra e ambos circularem livremente no meio social, no entanto, o que vai prevalecer com maior ímpeto está na dependência das relações de dominação existentes em uma dada sociedade.

Com a noção destes tópicos, da importância e diferenciação histórica entre cisgênero e transgênero e de como o real da língua é “cortado por falhas”, podemos avançar na discussão para as análises discursivas.

3 SOBRE PESSOAS TRANS PELO VIÉS INTRADISCURSIVO AUTORITÁRIO

É possível estudar, observar e analisar a questão das pessoas trans sob diversas óticas: uma abordagem jurídica, voltada aos marcos legais e aos avanços da legislação (internacional e nacional); um enfoque social, que possibilite compreender, por exemplo, a evolução da construção de identidade das pessoas trans nas últimas décadas; uma abordagem antropológica, visando, entre outros aspectos, o estudo sobre as pessoas trans enquanto um grupo específico da sociedade etc.

Todavia, o nosso interesse de pesquisa remete a uma abordagem discursiva, por entendermos que esta escolha ocorre, primeiramente, pela concepção de ideologia que nos orienta, tendo em conta que para Althusser (1967, p. 205), “a ideologia faz, pois, organicamente parte, como tal, de toda uma totalidade social”; a ideologia, portanto, nunca é nítida e não descreve necessariamente uma realidade, mas sim uma vontade:

Na ideologia os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vivida, imaginária” [...]. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente invertida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou nostalgia que não descreve uma realidade (ALTHUSSER, 1967, p. 207).

Em segundo lugar, por considerarmos que a tese althusseriana da interpelação ideológica, recuperada por Pêcheux, torna possível avançar na noção de sujeito do discurso, de onde pensamos sua relação com a formação discursiva conservadora e com os processos de designação das pessoas trans.

Em tempos de sociedade da informação, na qual o compartilhamento de discursos (circulação de sentidos) está à distância de um simples toque na tela do celular – “passando do teclado com alguém, para postar com alguém” (DIAS, 2018, p. 16) – é preciso compreender que o que se diz há de ser algo além do dito (ORLANDI, 1988), no ato de resistir às dominações ideológicas.

Lembramos que, nas palavras de Pêcheux (2014, p. 149, grifos do autor):

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. [...] o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia.

Assim, ao tratar sobre “realidade”, Pêcheux aborda a questão das “verdades absolutas” ou “plenas convicções”, o que nos possibilita inferir que nas publicações em redes sociais, por exemplo, todos são detentores de suas respectivas verdades e creem, piamente, que não é possível haver o pensamento contrário, por mais dicotômico que seja o debate; isso diz respeito ao posicionamento do sujeito no mundo que o rodeia, conseqüentemente, posicionamento do sujeito no discurso, havendo o pleno funcionamento da ideologia.

É por esse mecanismo que produz o falseamento do real, que pensamos o funcionamento ideológico, tanto no que diz respeito à ilusão da autoria, quanto no tocante às escolhas lexicais nos espaços discursivos.

Nesta perspectiva, o sujeito não possui controle e autonomia sobre aquilo que diz, pois, enquanto indivíduo, é interpelado pela ideologia na forma de sujeito. Nas palavras de Althusser (1978 apud PÊCHEUX, 2014), portanto, a “‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978 apud PÊCHEUX, 2014, p. 150, grifos do autor)²⁵, explicitando, desse modo, a relação constitutiva da história e da ideologia na constituição do sujeito do discurso.

Reconhecendo os conflitos epistemológicos, acompanhamos o entendimento apresentado por Maldivier (2003, p. 32, grifos da autora), para

²⁵ Citação de Althusser encontrada em nota de rodapé da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, 2014.

quem

o materialismo histórico é a posição explícita de onde se realiza a intervenção epistemológica contra uma dupla ameaça, a do empirismo, “a problemática subjetivista centrada no indivíduo” e a do formalismo que confunde “a língua como objeto com o campo da linguagem”. É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o discurso, explicitamente posto em relação com a ideologia.

Considerando aqui os pressupostos althusserianos, concordamos com Pêcheux e Fuchs ao afirmarem que “a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a de superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975] p. 165). Em se tratando do quadro epistemológico da AD, ainda de acordo com os autores citados:

Ele reside [o quadro epistemológico], a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o *materialismo histórico*, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a *linguística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a *teoria do discurso*, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;

Convém explicitar ainda que estas *três regiões* são, de certo modo, *atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)*²⁶ (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164, grifos nossos).

Dessa forma, com diálogos e provocações às diversas áreas do saber, a AD, enquanto disciplina de entremeio (ORLANDI, 2020), possibilita refletir a respeito dos impactos do discurso conservador sobre as pessoas trans no Brasil – ou então, os efeitos de sentido deste discurso sobre a sociedade brasileira e, principalmente, sobre a minoria formada por pessoas trans.

²⁶ Sobre esse atravessamento e articulação, ver “A Análise de Discurso e ‘uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)’”, de Lauro José Siqueira Baldini.

3.1 POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE E DISCURSO AUTORITÁRIO

Considerando os pressupostos anteriormente apresentados, nesta subseção tratamos do discurso autoritário, tendo em conta a posição-sujeito presidente. Nesses termos, alinhamos uma aproximação com o discurso político, possibilitada pela entrada analítica em construções do tipo “o discurso de Jair Bolsonaro sobre [...]”, mas ao mesmo tempo realçamos pelo interdiscurso o viés autoritário ao qual se filia, ao assumir determinada posição-sujeito.

Levamos em conta que sua eleição de forma democrática, com uma quantidade expressiva de votos, constitui aspecto importante nas condições de produção do discurso, caracterizada pelo aumento do conservadorismo no país e no mundo, com pautas armamentistas, antidemocráticas, ameaçadoras dos direitos humanos etc.

Desse modo, situamos Jair Bolsonaro no discurso autoritário, uma vez que no funcionamento do referido discurso “a vontade individual se sobrepõe ao interesse coletivo, colocando a coletividade em uma categoria secundária” (ERICSON; ESTEVES, 2021, p. 11).

Mobilizados pelos dispositivos teórico-metodológicos da AD, extraímos sequências discursivas (doravante SD), a partir dos pronunciamentos presidenciais, procurando identificar elementos de saber de viés conservador para então chegarmos aos efeitos do interdiscurso em funcionamento.

Com relação ao interdiscurso, para Pêcheux (2014, p. 149), trata-se daquilo que já está posto, qual seja, do que já foi dito. Nas palavras do referido autor:

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 149, grifo do autor).

Ao analisarmos a posição de Presidente da República, tendo em conta a

noção de sujeito discursivo, não nos interessa tratar do sujeito empírico (sujeito falante), em sua singularidade. Isto porque, mesmo que este pense ter controle e autonomia daquilo que diz, “[...] não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014, p. 162). Nas palavras de Noronha (2020, p. 32), “os sujeitos não têm ‘controle’ sobre o que dizem e nem são origem do dizer; eles ocupam diferentes posições a partir das diferentes FDs em que se inscrevem”.

Desse modo,

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do *interdiscurso* intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” (PÊCHEUX, 2014, p. 149, grifos do autor).

É preciso colocar em relevo os elementos linguístico-discursivos que são mobilizados pela posição-sujeito do discurso autoritário para fazer calar os seus opositores pela força do grito, como também ocorre no discurso político, ou ao se dizer X para não dizer Y. Para Schwarcz (2019, p. 181), “o autoritarismo representa o antônimo da democracia”. No Brasil, com o exercício da democracia de 1988 em diante, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) se tornou um importante marco para a solidificação das instituições, mesmo estas não funcionando perfeitamente bem (SCHWARCZ, 2019).

Neste aspecto, para compreender as condições objetivas que estão em funcionamento no discurso, é preciso considerar que “a produção econômica e a *estrutura social* que necessariamente decorre dela constituem em cada época histórica a *base* da história política e intelectual *dessa época* [...]” (MARX; ENGELS, 2001a, p. 41, grifos nossos).

Sendo a formulação das condições de produção do discurso mais do que contextualizar uma situação enunciativa, uma vez que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1990 [1969], p. 77), é importante ter em conta que:

[...] o *interdiscurso* enquanto *discurso-transverso* atravessa e põe

em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 2014, p. 154, grifos do autor).

Assim, o sujeito se identifica com uma dada formação discursiva, absorvendo e esquecendo o interdiscurso em seu intradiscurso. É o que Pêcheux (2014, p. 154, grifos do autor) chama de “forma-sujeito”, que “*simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso”. Uma vez que “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007 [1971], p. 26), as SDs aqui analisadas, apesar de ocorrerem em momentos distintos, filiam-se à mesma formação discursiva.

Considerando o discurso como uma materialidade específica da ideologia e a língua como materialidade específica do discurso (PÊCHEUX, 2014), os dizeres sobre as pessoas trans constituem materialidade do discurso, produzindo efeitos de sentido, seja por repetição, por paráfrase, por deslizamentos, silenciamento, apagamento etc., tendo em conta que nos processos de constituição, formulação e circulação “o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 1988, p. 18), mas não qualquer sentido.

Ao nos ocuparmos da posição-sujeito Presidente e considerando os seus pronunciamentos que dialogam com os objetivos da nossa pesquisa, identificamos no nível intradiscursivo o funcionamento de um discurso de cariz autoritário. Em entrevista à Raquel Barreto (Revista Teias), Eni Orlandi afirmou que “um discurso autoritário o é pelo seu funcionamento. Pouco importam as intenções de seu locutor. Portanto *não* é uma questão moral. *É uma questão lingüístico-histórica, ideológica*. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2006, p. 2, grifos nossos). Interessa observar que no discurso autoritário, a vontade individual se sobrepõe ao interesse coletivo, colocando a coletividade em uma dimensão secundária, ou ignorando-a.

De acordo com Orlandi, as forças que atuam no discurso autoritário buscam impor um único sentido, numa relação que

[...] tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto de discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece) (ORLANDI, 2008, p. 24-25).

O autoritarismo funciona, portanto, como meio de se chegar à censura. Na perspectiva da AD, a censura produz um silenciamento que leva à produção de sentidos silenciados, pois, ao silenciar, os sujeitos são impedidos de elaborar os seus sentidos na história (ORLANDI, 2007). Todavia, na perspectiva da AD, consideramos que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281); razão pela qual a noção de classe e o ato de se revoltar são fundamentos basilares na compreensão de que, para além da dominação e do silenciamento, há a possibilidade – e quiçá única saída – de resistir.

Em se tratando dos efeitos de sentido do discurso autoritário, é importante considerar uma tomada de posição em seus interlocutores, aqui considerando os seus seguidores, que em referência ao bolsonarismo, são caracterizados por Indursky (2020, p. 365) como “visíveis e ruidosos” e “dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta”.

Como forma de ilustrar a afirmação de Indursky (2020) de maneira imagética, podemos trazer algumas fotos de protestos bolsonaristas e também as manchetes de alguns jornais:

Imagem 4 - manchete da IstoÉ, com foto da agência AFP, mostrando protesto de seguidores bolsonaristas.



Disponível em: <https://istoe.com.br/milhares-de-bolsonaristas-se-manifestam-a-favor-das-armas-em-brasilia/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Imagem 5 - reportagem do jornal O Globo, mostrando manifestantes bolsonaristas agredindo manifestante contrário que segurava a placa em homenagem à Marielle Franco.

Bolsonaristas agredem manifestante em frente à sede da Polícia Federal no Rio

Vítima carregava placa de rua com nome da vereadora Marielle Franco em sinal de protesto e sofreu ataques de homens que vestiam camisa 'Bolsonaro presidente'

O Globo
17/02/2021 - 14:59 | Atualizado em: 17/02/2021 - 15:46

f | t | w | Newsletter

Ver todas as galerias



Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/bolsonaristas-agridem-manifestante-em-frente-sede-da-policia-federal-no-rio-24886664>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Com SDs formuladas através de publicações em redes sociais, a concepção de “seguidores” (em sua necessária distinção com os “apoiadores”, nos termos definidos por Indursky, 2020), portanto, vai além daqueles que, na prática de uma rede social de internet, seguem determinado perfil para acompanhar as suas publicações. São também “seguidores” os que curtem as publicações, comentam, compartilham, fazendo circular ainda mais determinados sentidos, além de carregar para fora da esfera digital, as posições ali assumidas.

SD1: “Na programação do Festival de Inverno de Garanhuns/PE, a exibição da peça “O Evangelho segundo Jesus, a rainha dos céus”. A quem interessa retratar a imagem de Cristo como transexual? Isso é liberdade de expressão? É arte? É cultura? Nosso repúdio e protesto. Deus salve o Brasil.”

Imagem 6 - Publicação no Twitter.



Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1013168711409299457>.
Acesso em: 01 jul. 2020.

Por esta primeira SD, nota-se a aproximação do discurso autoritário para com o discurso religioso²⁷. Há aqui uma aproximação com grupos religiosos específicos, em destaque, grupos formados por evangélicos, apoiadores, não em

²⁷ Em estudo anterior (ERICSON; ESTEVES, 2021) foi possível identificar esta mesma imbricação de um discurso no outro (religioso no autoritário e vice-versa).

unanimidade, mas em sua maioria, do presidente Jair Bolsonaro²⁸.

Evidencia-se o caráter do sujeito porta-voz de Jair Bolsonaro, com característica de influência, gerando verdadeiros espaços de influências. Sobre o tema, ensina Ericson (2014, p. 45) que “este espaço de influências é lugar de filiações discursivas distintas, de ecos de outras vozes produzindo sentidos[...]”. Ainda sobre porta-voz, tratamos enquanto funcionamento enunciativo, conforme trata Zoppi-Fontana (1997, p. 20):

A figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertence a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído.

Tem-se, então, um sujeito que é reconhecido por outros integrantes (do discurso) e possui, em decorrência disto, posição de destaque neste discurso; desta forma, iniciando a análise da SD1 a partir de seu fim, percebe-se a expressão “Deus salve o Brasil” e questiona-se: 1) Salve do quê?; 2) Qual a intenção de encerrar um ataque direto às pessoas trans por meio de um recurso tipicamente religioso?

Para além da simples aproximação com grupos religiosos específicos com interesse políticos, podemos apontar que este recurso de avocar algo “superior” (Deus) e místico no fim da publicação é, principalmente, uma forma de silenciamento.

Ao pedir salvação a Deus, Bolsonaro se utiliza do discurso religioso em tentativa de evitar réplicas, uma vez que dali não haverá respostas. Para Orlandi (2007, p. 28), o que “funciona na religião é a onipotência do silêncio divino”. Sem brechas para réplicas, para o pensamento contrário, cabe a Deus (“onipotência”) silenciar (“do silêncio divino”) – salvando o Brasil.

²⁸ Assim era no momento da publicação utilizada para a formação da SD1, 2018. Entretanto, atualmente, segundo dados do PoderData, a popularidade de Bolsonaro entre os evangélicos está em constante descendente. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-avaliacao-de-bolsonaro-piora-entre-evangelicos/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Ainda no discurso religioso, atentemo-nos agora para o direcionamento da crítica: peça teatral “O Evangelho segundo Jesus, a rainha dos céus²⁹”, peça na qual uma mulher trans encenava Jesus Cristo, ressignificando conceitos da tradição cristã.

Agora, diferentemente da última pergunta da SD1, a indagação realizada possui seres de carne e osso como alvo, seu eleitorado: “A quem interessa retratar a imagem de Cristo como transexual?”. Respeitando a nomenclatura correta (transexual em vez de traveco, por exemplo), pode passar uma falsa sensação de lisura, afinal, questionar é importante – é isto que faz a ciência, por exemplo. Entretanto, esconde-se atrás de uma suposta inocente pergunta um elemento de saber do discurso autoritário: a vontade e a crença individual se sobrepondo a outras individuais e, principalmente, coletivas.

Revertendo a ordem, o questionamento que fazemos não é a quem interessa tal representação, mas pura e simplesmente: por que não? Para Pêcheux (2014, p. 147), “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]”, daí tentar impedir a produção destes sentidos pelos sujeitos que “ousam” romper paradigmas é silenciar, impondo uma condição na qual os sujeitos do discurso estão impedidos de produzirem sentidos na história (ORLANDI, 2007).

Eis então mais um elemento de saber do discurso autoritário aqui estudado: a censura. Impedir manifestações contrárias, sejam elas artísticas ou não, acarreta na produção de sentidos silenciados (ORLANDI, 2007).

Inevitavelmente, apesar da tatuagem escritural e do corpo físico enquanto suporte não ser material de análise desta pesquisa³⁰, lembramos uma personagem citada anteriormente: Linn da Quebrada. Além da tatuagem com o pronome pessoal ELA, a cantora também possui a tatuagem de uma coroa de espinhos, em alusão e inspiração em Jesus Cristo (ver imagem 2).

²⁹ O nome correto é: O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu.

³⁰ Recomendamos a leitura do trabalho “Uma enunciação sem comunicação: as tatuagens escriturais”, de Marie-Anne Paveau. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638829>.

Na sequência em tela, notamos mais três indagações (a SD1 possui muitas indagações, talvez por possuir em si a essência de inflar a base eleitoral, formada pelos seguidores bolsonaristas supracitados, mais do que fazer refletir): “Isso é liberdade de expressão? É arte? É cultura?”

A retomada da “liberdade de expressão” remete à Constituição Federal, especificamente no que diz respeito à parte normatizadora do tema. No Capítulo V da Constituição de 1988, que trata sobre a Comunicação Social, o artigo 220 afirma que “a manifestação do pensamento, a criação, a *expressão* e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (grifo nosso), sendo “vedada toda e qualquer *censura* de natureza política, ideológica e artística” (art. 220, § 2º, grifo nosso).

Ainda na Constituição de 1988, encontramos no artigo 5º, inciso IV, no qual se lê que “*é livre a manifestação do pensamento*, sendo vedado o anonimato.” (grifos nossos), e no inciso IX que “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*” (grifos nossos).

Conforme abordado anteriormente, “atitudes que vão de encontro à Constituição de 1988 desrespeitam não somente as normas ali encontradas, mas principalmente todo o povo que as instituiu” (ERICSON; ESTEVES. 2021, p. 4). Trata-se aqui de dar a ver a contradição enquanto fundamento de um dizer que é constitutivo no silenciamento dos sujeitos. Sem a pretensão de elaborar resposta à indagação de Bolsonaro, uma vez que há ali mais silenciamento do que provocação refutável, questionamos: de fato, a quem interessa retirar a liberdade de expressão do outro? Por que buscar um único sentido, uma única via, na qual somente determinado grupo social possui ampla liberdade de expressão?

Refletindo sobre forças atuantes no discurso autoritário, que levam à imposição de um único sentido, Orlandi afirma que a “polissemia é contida (procura-se impor um só sentido)” (ORLANDI, 2008, p. 24-25).

Considerando a materialidade histórica do discurso, aponta-se para o

“funcionamento uma memória de um gesto autoritário” (ERICSON; ESTEVES, 2021, p. 9), que se aproxima de episódios recentes da política e da sociedade brasileira de algumas décadas atrás. Nesta perspectiva, o discurso autoritário do governo bolsonarista, possuindo suas bases no discurso conservador, tem “uma assustadora aproximação à memória discursiva da ditadura militar” (idem).

Embora tratando da memória discursiva como interdiscurso, posição que não assumimos neste trabalho, Orlandi considera que a memória é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2020, p. 29)

Voltemos, então, às duas últimas indagações: “É arte? É cultura?”. O debate sobre o que é arte, o que é cultura daria, por si só, outras pesquisas. Entretanto, para esta análise, interessa-nos questionar o porquê deste questionamento (e não necessariamente qual seria a resposta aos questionamentos), afinal, o sentido aqui de arte e de cultura pode ser outro.

Trata-se, antes, de considerar a tentativa de impor somente um sentido (ORLANDI, 2008) para a arte e a cultura, na concepção de que apenas poderiam ser considerados atributos favoráveis ao discurso dominante, o que, em essência, é um gesto de silenciamento presente no discurso aqui analisado.

Ainda na SD1, cabe uma reflexão sobre o termo “repúdio” (“nosso repúdio e protesto”), que numa tentativa de estabilização de sentido é definido pelo dicionário Michaelis³¹ como “ação ou efeito de repudiar; abandono, desdém, desprezo, rejeição”. Observe-se aqui mais um gesto de silenciamento do discurso autoritário materializado nos dizeres de Jair Bolsonaro, com o objetivo de, pela língua, execrar ainda mais pessoas já marginalizadas na/pela sociedade.

SD2: “SUA FILHA DE 5 ANOS NO MESMO BANHEIRO QUE O MARMANJO DE

³¹ MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Verbete: repúdio. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/repudio>. Acesso em: 01 fev. 2022.

30. “É o que propõe o piçóu carioca!”

Imagem 7 - Publicação no Twitter.



Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/902694791707799556>.
Acesso em: 01 jul. 2020.

Embora haja um dizer que remete ao discurso político, ao tratar de um Projeto de Lei do Rio de Janeiro (“É o que propõe o piçóu carioca!”), com destaque ao uso do neologismo (‘piçóu’), em referência ao partido político PSOL, o que mais chama atenção nesta SD é a primeira oração.

Há no debate e na vivência da construção da identidade trans uma questão ainda considerada um tabu no meio social: o uso de banheiros públicos pelas pessoas trans.

No âmbito legal, ainda não há de fato nenhuma determinação³², restando as alternativas sociais. Desse modo, dada a insegurança normativa, as pessoas trans têm seus corpos e direitos violados e agredidos por simplesmente tentarem satisfazer as suas necessidades fisiológicas, fundamentais para a sua saúde. É esse um ponto sensível que é recuperado pelo discurso de viés moralista, para se beneficiar pela polêmica e, então, voltar o seu eleitorado contra determinado partido de esquerda.

³² No município de Sorocaba-SP houve a tentativa de implementação de uma lei que segregasse as pessoas trans no momento de se usar o banheiro, entretanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo, entendendo violação ao pacto federativo, considerou que tal lei municipal era inconstitucional. Processo 2137220-79.2018.8.26.0000 TJ/SP.

Conforme os dados já mostrados no início da pesquisa³³, pessoas trans sofrem preconceito diariamente – apesar da cifra oculta, os números são alarmantes. Para personificar tais situações, podemos citar o caso público e notório da travesti Lanna Hellen que, no dia 03 de janeiro de 2020, em um shopping de Maceió, foi utilizar o banheiro feminino quando então os seguranças do estabelecimento a proibiram. Após a situação, Lanna realizou um protesto na praça de alimentação, momento em que foi expulsa do local; toda a situação ocorreu em frente às inúmeras câmeras de celulares das pessoas presentes. Em depoimento à imprensa³⁴, Lanna afirmou:

Ele [segurança] bateu na porta e disse que uma cliente se sentiu incomodada de um homem estar usando o banheiro feminino. Eu sou travesti, me vejo travesti há sete anos. Perguntei pra ele porque eu não poderia usar o banheiro. E ele só respondeu que estava cumprindo ordens (LANNA HELLEN)

Em 2021, a justiça alagoana, em primeira instância, condenou o segurança do shopping por impedir a travesti de fazer uso do banheiro feminino. Na ocasião, a justiça entendeu que houve racismo³⁵ e a pena foi de um ano e seis meses de reclusão, pena substituída por prestação de serviço comunitário e pagamento de multa.

Na SD2 (“SUA FILHA DE 5 ANOS NO MESMO BANHEIRO QUE O MARMANJO DE 30”), observamos o uso da caixa alta, o que reforça o tom imperativo, uma vez que, na internet, o uso da caixa alta na escrita leva ao entendimento de que aquela frase está sendo pronunciada aos gritos. Neste aspecto, os elementos linguístico-discursivos estão sendo mobilizados “pela posição-sujeito do discurso autoritário para fazer calar os seus opositores pela força do grito” (ERICSON; ESTEVES, 2021, p. 3).

Há, ainda, uma tentativa de associar as pessoas trans à criminalidade, uma

³³ Dados da ANTRA citados na introdução deste trabalho.

³⁴ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/04/interna-brasil,818312/travesti-e-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2022.

³⁵ Em 2019, o STF entendeu pela criminalização da homofobia como forma de racismo. Novamente, observa-se a lacuna legislativa sobre as pessoas trans e outras minorias de gênero e sexuais que, sem amparo legislativo, precisam do judiciário para a formulação de novos entendimentos que possam acompanhar os tempos e protegê-las.

vez que, pelo implícito, o discurso faz subentender que, neste caso, a mulher trans (de 30 anos) poderia violentar e/ou assediar/importunar sexualmente uma criança (de 5 anos). Trata-se, portanto, de uma aplicação ainda mais deturpada da já estranha teoria (do criminoso nato) do médico e criminologista Cesare Lombroso, um contraponto à presunção da inocência, legalmente estabelecida.

Ao não chamar a pessoa trans de transexual ou travesti (como ocorreu na SD1 “[...] retratar a imagem de Cristo como transexual”), mas sim de ‘marmanjo’ (SD2 “[...] MARMANJO DE 30 ANOS”), coloca-se em funcionamento um deslizamento de sentidos, buscando no interdiscurso a figura de um homem mais velho e formado. Cabe observar que em distinção com os sentidos produzidos pela designação transexual (SD1) o verbete “marmanjo”³⁶ refere-se a: “1. Homem que já é adulto (coloquial); 2. Rapaz corpulento (coloquial); 3. Homem não confiável ou de mau caráter (pejorativo)”.

Em todos os três sentidos do verbete, mesmo que o dicionário categorize somente um como pejorativo, o uso para designar uma mulher trans é inapropriado e nitidamente pejorativo. Nesse sentido, resgatar na memória do coletivo a concepção de ‘marmanjo’ é um gesto discursivo de apagamento do outro, no caso, do corpo trans no banheiro público. Avançamos então para análise do discurso conservador materializado no espaço digital, considerando o silenciamento do Outro como fio condutor de seus gestos discursivos.

3.2 PARA ALÉM DOS BITS DO DISCURSO DIGITAL: pessoas trans e o silenciamento do outro

Em se tratando de espaço discursivo, o ambiente digital nos interessa enquanto lugar de materialização do discurso autoritário. Inicialmente, trazemos Maingueneau (2008, p. 36-37), para elucidar a característica do outro no espaço

³⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=BVvMd>. Acesso em: 31 jan. 2022.

discursivo tratado neste trabalho:

No espaço discursivo, o Outro³⁷ não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma.

Desse modo, do discurso autoritário e da hierarquia entre dominantes e dominados, Maingueneau (2008, p. 34-35) nos ajuda a compreender que há no discurso uma “evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano.”

Em se tratando do sentido do discurso autoritário materializado em ambiente digital, Dias (2018, p. 44) aponta a necessidade “de buscar compreender a materialidade discursiva da tecnologia digital ou, no nosso caso, melhor dizendo, do discurso digital e suas condições de produção”.

Partimos então para a compreensão de que não há como pensar o uso das tecnologias atuais sem refletir sobre as condições de produção que levam ao uso destas tecnologias. Sobre este aspecto, Dias (2018, p. 44, grifos da autora) questiona: “o que significa pensar a tecnologia em sua condição de produção? Significa ‘devolvê-la à história’ ou ‘considerá-la em sua historicidade’ procurando compreender seus efeitos”.

É justamente na compreensão dos efeitos de sentido do discurso materializado no espaço digital, em suas condições de produção, que recuperamos a concepção de memória e de como esta afeta a circulação de sentidos. Ao introduzir o conceito de memória metálica, Orlandi (2006, p. 5, grifo nosso) afirma que esta é “produzida pela mídia, *pelas novas tecnologias de linguagem*. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela

³⁷ “Diremos que a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’, que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos etc.[...]” (PÊCHEUX, p. 159, 2014). Diferente-se, portanto, ‘outro’ de ‘Outro’, onde aquele é ser social com autonomia, mas este não possui autonomia; é produto do discurso.

historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.)”.

Como a presente pesquisa formulou seu *corpus* com SDs extraídas das redes sociais, é pertinente observar também a presença, dentro do “construto técnico” citado por Orlandi (idem), do aparelho celular – amplamente utilizado nos dias atuais para a socialização via aplicativos de redes sociais, com destaque aqui para as redes sociais Instagram e Twitter.

Com o uso massificado e desenfreado destas redes sociais, observamos o surgimento de enunciados como “eu vi na internet” ou “está na internet”, como se o que surgisse naquele meio digital por si só conferisse efeito de verdade ou fosse sem autoria, ou, ainda mais grave, de autoria da própria “entidade” internet, em um processo de personificação de um sujeito onisciente e onipresente. No dizer de Dias (2018, p. 43-44), ocorre um “apagamento do sujeito do processo de produção da tecnologia, como se ela produzisse por si só, como se fosse uma entidade autônoma e sobredeterminasse o próprio sujeito”.

Tal apagamento ocorre desde o processo de constituição de sentidos e ganha maior contorno no processo de circulação, tendo em conta que, para Dias (2018, p. 33), “o que sustenta a formulação dos dizeres no digital é a sua circulação”, onde podemos compreender a circulação não só como pilar de sustentação do que é dito, mas também como um fator potencializador da circulação de sentidos sobre determinado discurso no meio digital. Exemplo disso é a maior circulação de sentidos de viés autoritário, inclusive no compartilhamento de mensagens entre os que não são seguidores de Bolsonaro no Instagram e no Twitter e os que não se opõem a uma perspectiva de gênero.

No espaço digital chama a atenção o reforço de construções que se constituem por distinção/oposição do tipo “nós-eles”, ou, de modo mais expressivo no autoritarismo, “eu-vocês/os outros”. Tal condição decorre do fato de que gênero é uma construção social (BUTLER, 2014) e, portanto, o desenvolvimento de uma concepção fora da esfera binária, pressupõe ter em conta um processo de amadurecimento teórico, político e social.

Por esta via, em se tratando do gênero, tudo o que não se encontra do

binarismo é percebido pela sociedade atual como algo *não correto* ou, então, fora do padrão. Por esta razão, Butler (2019) entende que as pessoas consideradas fora do padrão pré-estabelecido pelo conjunto da sociedade ficam fora também do caráter humano, sendo percebidas como algo abjeto, o que traz implicações nos efeitos sobre o modo como os corpos significam.

Com base em Foucault, Butler (2019, p. 162) afirma que “o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder”, motivo pelo qual pomos em perspectiva a relação corpo e discurso, para entender o corpo em discurso e, ao mesmo tempo, um discurso do/sobre o corpo, atravessado pelas relações de poder, que se constituem histórica e ideologicamente.

Para Butler (2019, p. 167, grifos nossos),

Uma das maneiras pelas quais o poder é ocultado e perpetuado é pelo estabelecimento de uma relação externa ou arbitrária entre o *poder*, concebido como *repressão ou dominação*, e o *sexo*, concebido como energia vigorosa mas toldada, à espera de libertação ou autoexpressão autêntica.

A repressão e a dominação servem, portanto, como formas de se exercer poder sobre o corpo do outro, uma vez que “é na relação com o outro que o discurso significa” (AMARAL; ERICSON, 2015, p. 8), nos termos apresentados por Pêcheux, ao considerar a alteridade, com base nos pressupostos bakhtinianos formulados por Jacqueline Authier-Revuz.

Podemos refletir, então, sobre o corpo no discurso – observando o funcionamento do corpo na e pela linguagem. Aqui não se trata do corpo biológico, o de carne e osso, mas principalmente do corpo tomado como materialidade discursiva, pois há no corpo o funcionamento da linguagem. Para Baldini (2017), o corpo é atravessado pela linguagem.

Milanez (2006, p. 13) considera que

o corpo está no centro das relações que envolvem o sujeito, o discurso e as instituições fazendo a história do cotidiano por meio das posições que ocupa, dos desejos que suscita, do imaginário que dá os contornos do homem de hoje em dia, seja na rua, seja na escola, seja em casa, seja na mídia

Acrescentaríamos, no digital. Por sua vez, Courtine (2009, p. 10), ao refletir sobre o corpo do século XX, aborda que “jamais o corpo humano conheceu transformações de uma grandeza e de uma profundidade semelhantes às encontradas no decurso do século que acaba de terminar”.

E é assim, na concepção de corpo, que tratamos também do corpo não aceitável socialmente – do corpo estranho à sociedade, estranho à cisnormatividade, o corpo (trans)gressor. Para Fischler (2005), falar de corpo transgressor não é falar de algo monstruoso e possuidor de deformidades, mas sim daquele corpo que não se encaixa nas normas sociais.

É, portanto, nesta relação do corpo com o discurso, que situamos o gênero. Podemos compreender, então, que este se constitui na relação indivíduo-ideologia-sujeito, o que significa dizer que o gênero é produzido no processo de interpelação ideológica. Desse modo, a pessoa trans circula entre diferentes formações discursivas, a depender de suas filiações e das condições historicamente postas.

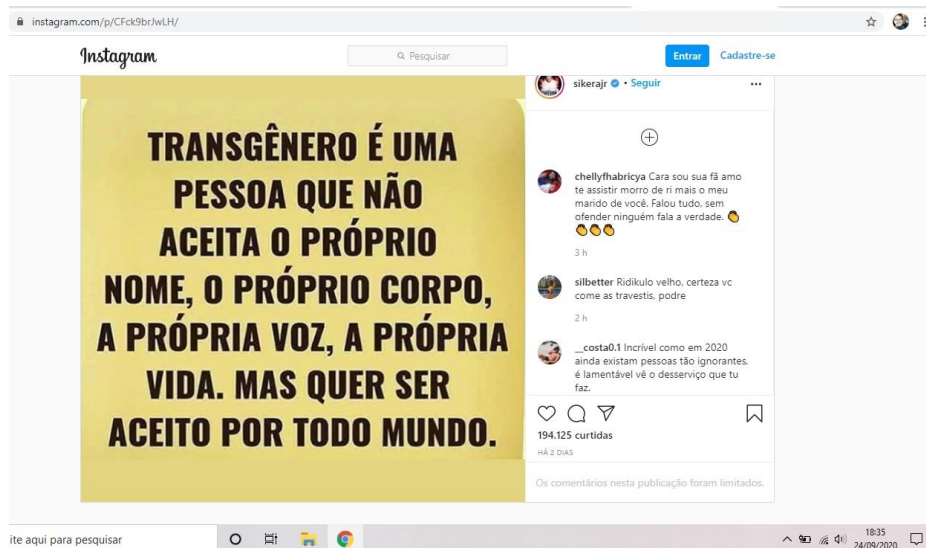
Mas como o ritual é sujeito à falha, as contradições possibilitam entender que, nos processos de identificação, contraidentificação e desidentificação, uma pessoa trans pode se filiar a um discurso conservador, por exemplo. Tais processos também estão em funcionamento no que diz respeito aos discursos sobre as pessoas trans, em circulação na sociedade e produzindo diferentes efeitos de sentido.

Como efeito de sentido da ideologia na tomada de posição do sujeito, interessa considerar que, de acordo com Orlandi (2011, p. 22),

As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. Assim, a noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais.

Partimos então para a análise da terceira SD, extraída de imagem de tela em publicação realizada na rede social Instagram:

Imagem 8 - Publicação no Instagram.



Disponível em: [instagram.com/p/CFck9brJwLH/](https://www.instagram.com/p/CFck9brJwLH/). Acesso em: 24 set. 2020.

SD3 – “TRANSGÊNERO É UMA PESSOA QUE NÃO ACEITA O PRÓPRIO NOME, O PRÓPRIO CORPO, A PRÓPRIA VOZ, A PRÓPRIA VIDA. MAS QUER SER ACEITO POR TODO MUNDO.”

Apesar do suporte da imagem, que servirá para evidenciar outros elementos do discurso, optamos por formular a SD de forma literal, utilizando inclusive o formato caixa alta da fonte e o recurso das aspas. De acordo com Amaral (2002, p. 159, grifos nossos), “as aspas, como um dos recursos de representação do lugar do sujeito no discurso, indicam que o texto não é um depósito de palavras que bastariam ser segmentadas, articuladas em uma ordem bem elaborada sintaticamente, para dele se fazer alguma interpretação”. Assim, somente é possível interpretar as aspas dentro de um determinado contexto, advindo de determinadas condições de produção do discurso (AMARAL, 2002).

Incidindo nas condições de produção, justificamos a escolha de se formular uma SD com base em uma publicação do jornalista e apresentador conhecido nacionalmente como Sikêra Júnior. Considerado e autodeclarado *conservador*, Sikêra Júnior ocupa uma posição-sujeito de *influenciador midiático* (termo aqui

compreendido de modo amplo), o que faz circular sentidos sobre o discurso conservador de maneira mais abrangente.

Temos em conta que há um lugar social de onde fala o sujeito, sendo este marcado por relações de poder que não podem ser excluídas do discurso (GRIGOLETTO, 2008). Dessa forma, compreender como a pessoa trans é discursivizada por Sikêra Júnior é compreender também as nuances do funcionamento do discurso conservador.

Inicialmente, observamos na imagem 8 que a publicação realizada também possui uma formatação com texto em caixa alta (a exemplo do que vimos na SD2), lembrando que no site Etiqueta na Rede³⁸, é possível encontrar a afirmação de que “convencionou-se na Internet que a caixa alta serve para fazer de conta que você está GRITANDO”. Em publicação intitulada Os segredos da Netiqueta³⁹, o site Terra também evidencia o texto em caixa alta como algo rude, ao afirmar que “na Internet, o texto em caixa alta significa que você está babando e gritando”.

Conforme anteriormente citado, o grito é uma das estratégias de persuasão. Apesar de parecer o óbvio, é preciso lembrar que “o autoritarismo representa o antônimo da democracia” (SCHWARCZ, 2019, p. 181), sendo o grito, no mundo real ou na esfera virtual, um recurso fortemente associado à repressão do outro, retomando Butler (2019), no que diz respeito às relações de poder.

Ainda na imagem 8, é possível observar que a cor de fundo da publicação é amarelada (com tom entre o marrom e o laranja), fugindo de um provável binarismo entre a cor socialmente aceita como masculina e feminina (azul e rosa, respectivamente). Este é, portanto, um efeito de contradição, pois enquanto se ridiculariza a pessoa trans, utiliza-se uma cor socialmente compreendida como neutra, quando se tenta escapar do conceito binário de gênero.

³⁸ Etiqueta Na Rede – Mundo Digital UOL. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/mundodigital/beaba/etiqueta.htm>. Acesso em: 03 set. 2021.

³⁹ Os segredos da Netiqueta. Disponível em: https://www.terra.com.br/macmania/macmania/beaba/beaba_netiqueta.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

Em aproximação com a semiótica, consideramos que no discurso, a cor também significa. Retomando, portanto, a concepção de signo, “[...] a ação de ser interpretado, apresenta com perfeição o movimento autogerativo, pois ser interpretado é gerar um outro signo que gerará outro e assim infinitamente, num movimento similar ao das coisas vivas” (SANTAELLA, 2008, p. 4). Desse modo, “estabelecer padrões de cores é estabelecer padrões de signos, dos quais serão gerados novos signos, reproduzindo um determinado padrão” (ESTEVES, 2021, p. 361).

A cor é compreendida como um signo quando “após ter a informação cromática, ela seja recebida pela nossa visão, conscientizada da sensação recebida e *interpretada na sua materialidade*” (GUIMARÃES, 2000, p. 19, grifo nosso). Farina (1990, p. 27), ao abordar a capacidade de construção da cor, afirma que esta “tendo um significado próprio, tem valor de símbolo e capacidade, portanto, de construir uma linguagem que comunica uma ideia”. Atuando na contradição do discurso, que ideia se pretende passar ao publicar uma mensagem de cunho discriminatório sobre as pessoas trans, mas ao mesmo tempo se utilizando de uma cor que foge ao binarismo?

A resposta parece estar na concepção teórica já trabalhada sobre o *poder* (repressão/dominação), quando Butler (2019, p. 167, grifo nosso) afirma que “[...] poder é *ocultado* e perpetuado [...]”. A cor neutra, neste caso, atua na função de ocultar a repressão e a dominação que se colam na esteira do discurso conservador.

Em outros momentos da história, talvez até fosse possível ignorar o binarismo das cores (azul/rosa). Entretanto, com o acirramento do discurso conservador e situações do cotidiano nas quais com frequência isto se evidencia, como os chamados *chás revelação* do sexo do bebê (onde o azul é menino e rosa é menina), é impossível ignorar o caráter significante das cores no funcionamento discursivo, e o efeito de repetição contribui para “naturalizar/estabilizar” determinados sentidos, razão pela qual é preciso considerar que o “funcionamento discursivo só é devidamente apreendido quando analisamos sua relação com as condições de produção histórico-sociais, em suas contradições”

(AMARAL; ERICSON, 2015, p. 8).

Interessa mencionar que no momento da captura de tela, às 18h35 do dia 24 de setembro de 2020, havia na publicação 194.125 *curtidas*, o que, na esfera prática da rede social Instagram, uma curtida significa que um usuário gostou daquela publicação. Sem a pretensão de se aprofundar no que vem a significar discursivamente a função *curtir*, se pode ou não ser compreendida como um *gesto sensório* na AD, não é menos importante considerar os seus efeitos na circulação de sentidos.

Orlandi (2012, p. 149 apud DIAS, 2018, p. 37) afirma que “novas tecnologias de linguagem representam uma possibilidade de reorganização do trabalho intelectual e do trabalho da interpretação”, onde é possível *interpretar* os mais de 194 mil *curtidas* como uma ampla circulação de sentidos do discurso conservador ali materializado, sem se esquecer de considerar a memória metálica (ORLANDI, 2006) que permite, por exemplo, a análise deste discurso através de uma captura de tela, mesmo quando o acesso ao *link* não mais exista (Sikêra Júnior removeu a publicação em momento desconhecido por esta pesquisa).

Nota-se, no início, que a SD3 reconhece a pessoa trans como uma pessoa (pelo menos no campo do texto), ao afirmar que “transgênero é uma pessoa”. Desta afirmação, em sua imediaticidade, subentende-se que a SD3 traria reflexões que abordassem a dignidade da pessoa humana, caráter extremamente importante e um dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁴⁰. Ocorre que, conforme veremos mais adiante, o que se tem é o exato oposto.

A SD3 afirma que pessoa trans não aceita o próprio nome, o que possibilita questionar: qual é o próprio nome de uma pessoa trans? O do registro de nascimento, realizado sem a sua anuência e dentro dos padrões heteronormativos ou o nome que a pessoa optou por usar para si? Sendo o gênero um constructo social (BUTLER, 2014), é possível entender que o nome,

⁴⁰ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana.

inerente àquela pessoa e àquele gênero por ela construído, também se inscreve nos processos de designação (na relação com o outro) e de autonegação (numa abordagem do próprio sujeito no ato de atribuir um nome para si mesmo).

Logo, observa-se uma concepção limitada, ao considerar como nome somente aquele encontrado no registro de nascimento. Para a AD, ao se falar X e nada mais, silencia-se, por exemplo, o Y (A, B, C, D...). Orlandi (2007, p. 24) chama este fenômeno de silêncio constitutivo: “que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente outras palavras)” e a escolha de um nome próprio pelos pais/responsáveis passa por destacar outras possibilidades, outros nomes, mas não apagá-los. Assim como os sentidos, o nome pode ser outro.

Interessante lembrar que pessoas trans aceitam seus respectivos nomes tão intensamente que lutaram e ainda lutam para que sejam chamadas por seus *próprios* nomes, como se nota na questão do nome social, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) já pacificou entendimento de que pessoas trans podem alterar o registro civil sem cirurgia e sem a necessidade de autorização judicial, podendo tal alteração ocorrer diretamente no cartório⁴¹. Ocorre que, como mencionado, há um processo de significação em relação ao nome – “desenvolvimento histórico das práticas sociais” (AMARAL; ERICSON, 2015, p. 3) no qual se faz fortemente presente o aspecto político, social e ideológico.

São situações onde, ao serem silenciadas, contribuem para as condições de produção do discurso conservador. Ainda em relação ao *próprio* nome e às recentes alterações legais e jurisprudenciais em relação ao tema, observa-se que estas surgiram em decorrência da historicidade que afetou e afeta, diretamente, a estrutura social, permitindo assim que, atualmente, tenhamos Pedro que se identifica (constrói) como Marina e Marina que se identifica (constrói) como Pedro.

Na SD3, afirma-se que pessoas trans não aceitam o próprio corpo e a própria voz, embora nesse espaço não se tenha dado a elas o direito de fala (ainda que “fina” ou “grossa”), ou, em outras palavras, mesmo as tendo

⁴¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transsexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia>. Acesso em: 03 set. 2021.

silenciadas, o que nos remete a Orlandi (2007), ao tratar do silenciamento do outro no discurso. Ao tratar sobre os indivíduos, Pêcheux (1983 [2015], p. 30) afirma que há a necessidade de, pelo discurso, “marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo *critérios definidos*”, o que no nosso entendimento se aplica a palavras, números, pessoas e corpos, segundo critérios já definidos.

Ao abordar o “objeto da linguística (o próprio da língua)”, Pêcheux (2015, p. 51, grifos nossos) afirma que este

aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da *manipulação de significações estabilizadas*, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de *transformações do sentido*, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no *relançar indefinido das interpretações*.

Ocorre ainda na SD3 um deslize ao se dizer “próprio corpo”, ao invés de dizer “outro corpo”, uma vez que, na pessoa trans, o corpo com a qual aquela pessoa nasceu não lhe pertence. Daí a necessidade, por exemplo, de tratamentos hormonais (estrogênio ou testosterona) e de alterações físicas no corpo que podem ser consideradas mais *incisivas*, como a retirada das mamas, o uso de silicone ou, ainda, a cirurgia de redesignação sexual.⁴²

Ao tratar sobre a problemática do silenciamento dos corpos, Courtine (2009, p. 9) destaca a relação entre discurso, poder, corpos e o silêncio, apontando que

o discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao *poder*, ao passo que o *corpo* estava ao lado das categorias *oprimidas e marginalizadas*: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo, para opor ao discurso de poder, à linguagem como instrumento para *impor o silêncio aos corpos*.

Ainda sobre o corpo, é curioso notar, por exemplo, como o padrão de beleza muda rapidamente com o passar das décadas, embora o padrão binário e

⁴² Importante dizer que a cirurgia de redesignação sexual *não* é condição *sine qua non* para a construção de uma identidade trans. No Brasil, inclusive, o STF já reconheceu a possibilidade de alteração do registro civil (nome) por pessoas trans sem a necessidade desta cirurgia, conforme anteriormente apontamos.

heteronormativo dos corpos tenha mudado muito pouco na história da humanidade. Considerando que a “história é uma disciplina de interpretação e não uma física do tipo novo” (PÊCHEUX, 2015, p. 42), podemos associar esta lenta mudança à invisibilidade social e escassa militância política das pessoas trans.

Tal situação tem mudado nas últimas duas décadas, momento em que as pessoas trans passaram a se organizar politicamente e a realizar, por exemplo, estudos sobre a violência contra travestis e transexuais, com atualizações em boletins, como é o caso da ANTRA. Além disso, a temática trans tem ocupado espaço importante também na Academia e na agenda social de diversas instituições no Brasil e no exterior.

Para Pêcheux (2014, p. 74), citando Lênin: “se ‘o conhecimento nasce da ignorância’ (Lênin), é exatamente porque, em cada momento histórico dado, as formas ideológicas *não se equivalem*, e efeito simulação-recalque que elas engendram *não é homogêneo*”, o que nos permite associar as relações de produções econômicas, relação imaginária dos indivíduos em relação às suas condições reais de existência, formas ideológicas, prática pedagógica, prática política do proletariado e produção de conhecimentos (PÊCHEUX, 2014).

Eis, portanto, um desafio do tempo presente: analisar a questão trans do ponto de vista de classe social. No conjunto da obra de Pêcheux, vemos maior atenção ao modo como se dava a produção de conhecimentos e a relação com a prática política do proletariado, introduzindo em seus estudos a noção de classe, extremamente cara para as minorias sociais nos dias atuais. Esta noção “constitui o ‘fio vermelho’” dos estudos de Pêcheux (2014, p. 74).

Foi pela relação com o trabalho, que as pessoas trans passaram, então, a sair de seus *guetos sociais* (prostituição como única forma de sobrevivência, por exemplo) para buscar as mesmas oportunidades que as demais pessoas possuíam/possuem. Tem sido um processo lento e gradual, pelo que as pessoas trans têm passado para conquistar espaços no mercado da advocacia⁴³,

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/06/11/advogada-goiana-se-torna-a-primeira-trans-a-presidir-uma-comissao-da-oab-go.ghtml>. Acesso em: 03 set. 2021.

publicidade⁴⁴, jornalismo e demais áreas. Dessa forma, mais do que as suas identidades (falando da identidade enquanto documento civil, papel), seus corpos passaram a conquistar outros espaços públicos e respeito social.

No que diz respeito à *própria voz*, entendemos que a SD3 se refere, em seu caráter imediato, à entonação da voz (mais grossa ou mais fina), algo afetado pela aplicação de hormônios (estrogênio ou testosterona). Mas entendemos também que a pessoa trans não só aceita a sua voz como luta, diariamente, para ter a sua voz ouvida face à política de silêncio (ORLANDI, 2007), instaurada no discurso de viés conservador.

Por sua vez, a SD3 afirma que pessoas trans não aceitam a *própria vida*. Fato é que o número de suicídios e tentativas de suicídios entre a população trans é alto⁴⁵ e, como o tema ainda é um tabu, torna-se difícil de mapear. No entanto, convém considerar que são criados mitos em relação ao suicídio das pessoas trans para tentar “justificá-lo”, a exemplo de um dizer que muitas pessoas se suicidaram após a cirurgia de redesignação sexual, como se estivessem buscando na própria morte uma saída radical para o arrependimento decorrente da cirurgia – mas isto não é verdade⁴⁶, uma vez que a explicação não está na esfera individual, é social, portanto, coletiva.

Desse modo, observa-se como os dizeres vão produzindo e fazendo circular determinados sentidos alinhados à posição-sujeito da formação discursiva conservadora, em confronto com outros discursos. Pêcheux (2015, p. 20) afirma que “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento...”, havendo então uma “circulação-confronto de formulações” (idem), na qual um discurso passa a sobredeterminar um/o acontecimento, aqui considerado o surgimento da pessoa trans.

⁴⁴ Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/10-campanhas-protagonizadas-por-pessoas-trans/>. Acesso em: 03 set. 2021.

⁴⁵ Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: 03 set. 2021.

⁴⁶ “O arrependimento de se fazer cirurgias, na verdade, é muito raro. Literalmente todos os estudos modernos estimam que o nível de arrependimento está abaixo de 4%, e a maioria estima que esteja entre 1 e 2% (Cohen-Kettenis & Pfafflin 2003, Kuiper & Cohen-Kettenis 1998, Pfafflin & Junge 1998, Smith 2005, Dhejne 2014).” (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: 03 set. 2021.

Nesta perspectiva, estamos considerando o surgimento da pessoa trans como acontecimento discursivo, que instaura um espaço novo de significação que, do ponto de vista de gênero, faz também significar o cis. Aqui, portanto, mobilizamos o que Pêcheux (2015, p. 27) considerou como questão teórica primordial, “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y etc.) e formulações irremediavelmente equívocas”.

Em se tratando da eventual não aceitação da própria vida, no dizer da SD3 ocorre um funcionamento argumentativo que inscreve pressupostos para então afirmar a não aceitação, numa construção se...então, conforme damos a ver a seguir:

Se... não aceita [*Próprio nome; Próprio corpo; Própria voz*]

Então... não aceita a *própria* vida.

Ao mesmo tempo em que a SD3 busca construir um raciocínio lógico, embasando-se no argumento condicional, contribui para anular seu próprio dizer, ao utilizar o termo *próprio* e *própria*. No funcionamento do discurso conservador, a ignorância da concepção de construção social de identidades, deixa escapar no próprio corpo uma condição de posse que tem a ver com uma tomada de decisão, que passa pelo processo de (não) aceitação ao que está posto socialmente, ao *que pode e deve ser dito*.

Movendo para além do campo do desejo (de aceitar ou não), situamos uma tomada também de posição e de resistência, o que implica outra leitura sobre os efeitos de sentido da (não) aceitação e suas filiações discursivas em presença, a exemplo do discurso religioso.

Para Pêcheux (2015, p. 54-55),

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber o que se fala”, porque esses objetos estão

inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem [...]

Desse modo, a designação do outro é construída de forma equivocada na SD3, não por convicções pessoais do jornalista Sikêra Júnior, mas por sua filiação a uma formação discursiva conservadora com saberes e dizeres já ditos. Com o uso do mesmo argumento – o condicional – e agora compreendendo melhor a função que a palavra “próprio” exerce na SD3, é possível por supressão de termos (“próprio” e “não”) observar que:

| | |
|---|---|
| <p>Se... não aceita: nome corpo voz Então... <i>Não aceita a vida.</i></p> | <p>Se... [] aceita: <i>Próprio nome</i> <i>Próprio corpo</i> <i>Própria voz</i> Então... [] <i>Aceita a própria vida</i></p> |
|---|---|

É possível, então, chegarmos, para além do dito, à construção social de si (BUTLER, 2014) através do termo *próprio*, pondo em perspectiva que há falha nos processos de des/contra/identificação.

Na última oração da SD3, lemos: “MAS QUER SER ACEITO POR TODO MUNDO”. De início, é possível questionar: a que “todo mundo” a SD3 se refere? Ainda, por que se optou pelo uso do termo *aceito* e não *respeitado*? E por que o uso do conectivo de uma oração adversativa como o “mas” para encerrar um raciocínio?

Considerando que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56), observamos que o uso do termo *aceito* se dá em decorrência da posição de quem subjuga o outro. Desse modo, não há que se falar na pessoa trans ser aceita ou não, como quem aguarda a complacência ou a boa vontade do outro, mas sim da pessoa trans ser respeitada em sua subjetividade.

De acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis⁴⁷, no sentido que se pretende estabilizado, o verbo *aceitar* (verbo transitivo direto), em sua primeira definição, recebe o sentido de “receber o que é dado ou oferecido”. Por sua vez, o termo *aceito* (enquanto adjetivo) recebe a definição de: “que se aceitou; aceitado, aceite; com a presença permitida; admitido, benquisto, bem recebido”. Quanto ao verbo *respeitar* (verbo transitivo direto), este possui em sua primeira definição “tratar com respeito; reverenciar”. Já o termo *respeitado* (enquanto adjetivo) possui a definição de “reverenciado por seus méritos; tratado com respeito”.

Trata-se, então, de uma incongruência, pois no “espaço administrativo (jurídico, econômico e político)” (PÊCHEUX, 2015, p. 30), pela “lógica disjuntiva” (idem) seria impossível afirmar que uma pessoa precisa ser aceita em uma sociedade democrática, como quem tem de pedir permissão para ocupar certo espaço ou então receber algo de alguém (receber a permissão para existir). Ela precisa, sim, ser respeitada, tratada com respeito – sendo a noção de respeito estendida para todos os campos (respeito aos direitos, respeito à identidade, respeito à vida etc.), o que é tornado possível nos “espaços discursivos” (PÊCHEUX, 2015, p. 31).

Por sua vez, o termo “POR TODO MUNDO” remete à “evidência do sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 141), na qual o óbvio oculta algo além do dito. Em sentido literal, poder-se-ia compreender o termo como todas as pessoas do mundo, todavia, sabemos que a expressão não é utilizada para este fim. Seriam então todas as pessoas de determinado local (a exemplo de um país, o Brasil)? Também não. Considerando que há um ocultamento da evidência de quem seriam as pessoas que compreendem “todo mundo”, põe-se em funcionamento “a ‘evidência’ da identidade oculta que resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, ‘estranhamente familiar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 142, grifos do autor).

Desse modo, ao se dizer “todo mundo”, volta-se para um “todos nós” [aqui em uma construção do tipo “nós-eles/os outros”] – incluindo no “nós” os sujeitos

⁴⁷ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

identificados com a formação discursiva conservadora. É a presença do não-dito que, pelo implícito, está em funcionamento e produz sentidos, tendo em conta que “o implícito, que é apreendido por inferências, atravessa as palavras e as imagens, deixando sempre em aberto possibilidades para outras leituras” (ERICSON, 2020, p. 714).

Logo, na perspectiva do discurso dominante, as pessoas trans precisam aceitar a existência do outro (que as designa), como quem controla as relações sociais, sendo capazes de estabelecer as condições para se “aceitar [ou não]” viver. No entanto, entendemos que assumir, pela designação trans, uma identificação enquanto pessoa trans (em se tratando de uma posição-sujeito no discurso LGBTQIA+) já consiste em um ato de resistência que se constitui no próprio processo de subjetivação, possibilitando um dizer de si que se põe em relação a um dizer sobre, sendo esta uma condição necessária à sua interpelação em oposição ao conservadorismo, sobre o que discorreremos a seguir.

4 CONSERVADORISMO NO BRASIL E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

Poderíamos, inicialmente, partir do que é o conservadorismo, todavia não é esta pergunta que mais interessa à nossa pesquisa. Após tratarmos do discurso autoritário, do discurso digital, chegamos então à pergunta: como se constitui o discurso conservador brasileiro? Qual sua posição-sujeito? E ainda, para as análises desta seção, especificamente, quais os efeitos de sentido do discurso conservador brasileiro sobre as pessoas trans?

Enquanto posição-sujeito no discurso conservador, considerando as SDs formuladas nesta seção, é de suma importância considerar quem foi Olavo de Carvalho. Após muitas pesquisas, a melhor definição foi encontrada na obra de Teitelbaum (2020), especialista nos estudos que envolvem a extrema direita contemporânea. O referido autor faz uma breve biografia de Olavo de Carvalho da seguinte maneira:

[...] nasceu em Campinas (SP), em 1947, e, em seus anos de faculdade, foi comunista. Esse era o comportamento-padrão dos jovens rebeldes durante a vigência da ditadura brasileira, apoiada pelos EUA. Contudo, a inclinação de Olavo à dissidência não se limitava à política. Em meados da década de 1970, ele mergulhou na alquimia e na astrologia e pôs-se a frequentar círculos ocultistas em São Paulo. Logo começou a escrever para a revista ocultista francesa *Planète*. Não praticava jornalismo, exatamente: entrevistava extraterrestres, pessoas mortas e assim por diante. Paralelamente, passou a lecionar, dando aulas de astrologia em livrarias e, mais tarde, ensinando astrologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O esoterismo era sua grande paixão (TEITELBAUM, 2020, p. 120).

Com este perfil, como então Olavo de Carvalho passou a ter tanta influência sobre a política nacional brasileira? A resposta pode estar no grau de identificação (PÊCHEUX, 2015) de um segmento considerável da sociedade brasileira atual para com ele. De seu ponto de vista, Teitelbaum (2020) defende que a extrema direita não é somente conservadora, mas vai além, tornando-se tradicionalista.

Descrevendo a modernização da forma de viver social, Teitelbaum (2020,

p. 20) afirma que ela “envolve o recuo da religião pública em favor da razão”, envolvendo também “a organização de massas de pessoas cada vez maiores em prol de uma mobilização política mais poderosa (nações e colonialismo), da produção industrial e do consumo de bens”, encerrando na afirmação de que a modernização é centrada na crença de que, “por meio da inovação humana, podemos chegar a um mundo melhor do que o temos [...] maior liberdade e igualdade”.

Após tais afirmações, o autor aponta que o tradicionalismo (que engloba o conservadorismo) é o posto de toda a modernização. Detendo-nos ao conservadorismo, considerando-o como tudo aquilo que se opõe aos conceitos de modernização supracitados (observando as reações mais atuais à campanha de vacinação contra a covid-19, por exemplo), podemos observar o discurso religioso muito mais atuante na sociedade brasileira conservadora e negacionista do que a razão e a ciência.

O próprio gesto discursivo de silenciamento das SDs analisadas anteriormente, principalmente as extraídas das postagens feitas por Jair Bolsonaro, mostra-nos o avanço do discurso religioso. Além disso, as SDs já analisadas demonstraram o cerceamento de liberdade do outro (o outro “diferente”) e a manutenção da memória discursiva dominante (permanência do *status quo* a todo custo), como o próprio do discurso conservador.

Diferente das redes sociais Twitter e Instagram aqui já consideradas, agora trataremos de uma postagem publicada no Facebook, considerando

a Linha do tempo do Facebook e o feed de notícias como uma unidade imaginária da vida escriturada, na qual os “vestígios do vivido, do experimentado” (ORLANDI, 2004), na montagem da linearização do tempo, produzem outros sentidos, marando a relação do real e do imaginário (DIAS, 2018, p. 165).

Com tantos *sites*, tantos *blogs* e tantas “redes sociais” na internet, muito do que se posta é disperso na (quase) infinidade de dados. Por esta razão, é pertinente recuperar alguns dos questionamentos feitos por Dias (2018, p. 67), ao perguntar, por exemplo: “como ler milhares de dados produzidos a cada minuto nas redes sociais, blogs, vídeos, fotos, comentários, postagens, tuítes, enfim, nas

mídias sociais em geral? Como ler o arquivo digital hoje?”.

Foi com base em Dias que decidimos qual material seria analisado para se observar as produções de sentido do discurso conservador brasileiro. Não seriam comentários e nem reproduções (ação de “compartilhar” nas redes sociais), mas sim as publicações, chamadas de postagens.

Sobre a referida nomenclatura, Dias apresenta a seguinte reflexão:

O que é a postagem? Se teclar parece ficar entre a oralidade e a escrita, o postar estaria entre a escrita e o meio. O postar inclui o percurso, o envio, a espera, a chegada, a saber, o meio, é uma forma de escritura que implica o compartilhamento, a viralização, mas também o textão ou as hashtags ou as imagens, os memes, vídeos, etc. O teclar é *com* alguém, o postar é *para* alguém. São formas distintas de subjetivação pelo digital (DIAS, 2018, p. 158, grifos da autora).

Como posta-se *para* alguém, há uma relação entre os sujeitos do discurso, considerando-se também a narratividade produzida rotineiramente nos espaços digitais (DIAS, 2018). Não por acaso, há a presença do discurso autoritário nas três maiores redes sociais dos dias atuais, e Teitelbaum (2020) aponta o motivo: aquilo que a extrema direita chama de metapolítica, explicada por Teitelbaum (2020, p. 62) como

a estratégia [que] envolve fazer campanha não por meio da política, mas por meio da cultura – das artes, do entretenimento, do intelectualismo, da religião e da educação. [...] quem conseguir alterar a cultura ⁴⁸de uma sociedade terá criado uma oportunidade política para si mesmo. Se não conseguir, não terá chance.

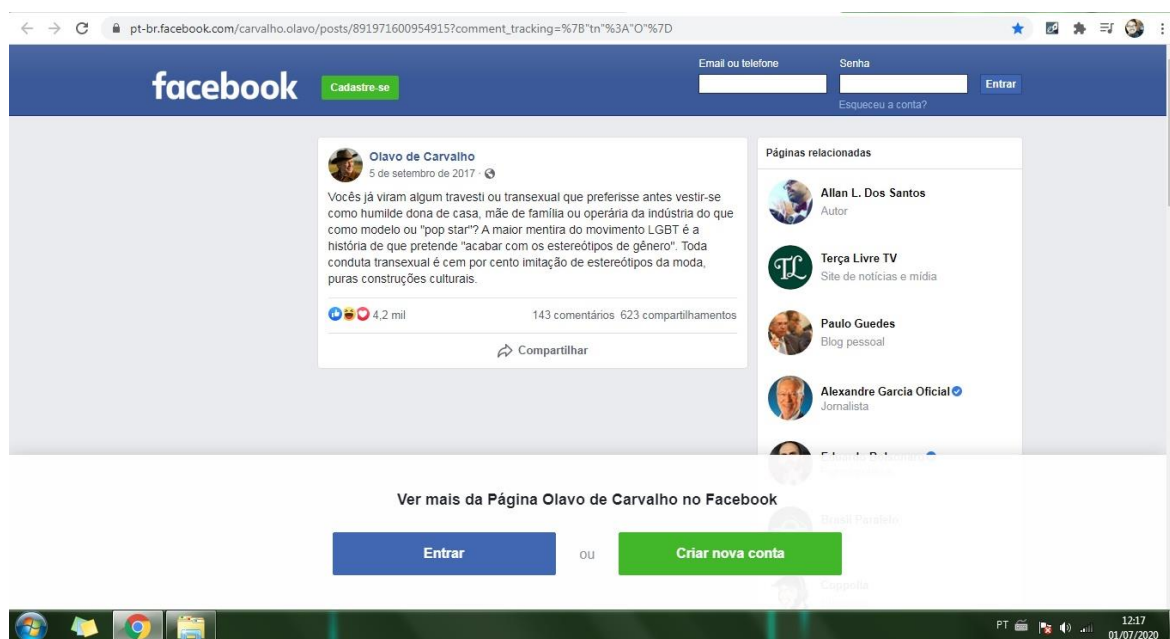
Há duas formas de a direita praticar a metapolítica: injetando suas mensagens em canais já existentes (mídia digital: Twitter, Facebook e Instagram, por exemplo) ou criando seus próprios canais (TEITELBAUM, 2020), sendo um exemplo a rede social Gettr⁴⁹, criada pelo extremista Jason Miller, ex-auxiliar e porta-voz de Donal Trump.

⁴⁸ A semelhança à ‘hegemonia cultural’ de Gramsci não por acaso. Teitelbaum (2020) afirma que a metapolítica foi trazida ao ativismo da (extrema) direita pela escola ideológica chamada Nova Direita Francesa (*Nouvelle Droite*), escola inspirada na forma de agir ideológico de Gramsci no que diz respeito à cultura.

⁴⁹ O clã Bolsonaro possui forte presença nesta rede, inclusive postando conteúdo que foi considerado *fake news* e removido das grandes redes sociais.

SD4: “Vocês já viram algum travesti ou transexual que preferisse antes vestir-se como humilde dona de casa, mãe de família ou operária da indústria do que como modelo ou ‘pop star’? A maior mentira do movimento LGBT é a história de que pretende ‘acabar com os estereótipos de gênero’. Toda conduta transexual é cem por cento imitação de estereótipos da moda, puras construções culturais.”

Imagem 9 - Publicação no Twitter.



Disponível em: https://pt-br.facebook.com/carvalho.olavo/posts/891971600954915?comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22O%22%7D. Acesso em: 01 jul. 2020.

Ciente deste orquestrado movimento da direita conservadora na ocupação do espaço digital, na análise da sequência discursiva acima, observamos que no primeiro momento, Olavo de Carvalho questiona se alguém já viu transexual ou travesti (destaque para o uso correto dos termos) se vestir como *dona de casa*, *mãe de família* ou *operária*. Trata-se da retomada de um imaginário que põe em funcionamento a memória discursiva do machismo que, não satisfeito em categorizar e diminuir a mulher cisgênera no decorrer da história, agora também a partir dela atinge a mulher transgênera.

Por sua vez, o uso adequado da terminologia (travesti ou transexual) serve para amenizar uma postura transfóbica na postagem de Olavo de Carvalho,

sendo então possível o argumento de que não se trata de preconceito, servindo-se, desse modo, do uso do termo “correto”, como subsídio para, contraditoriamente, produzir sentidos dominantes.

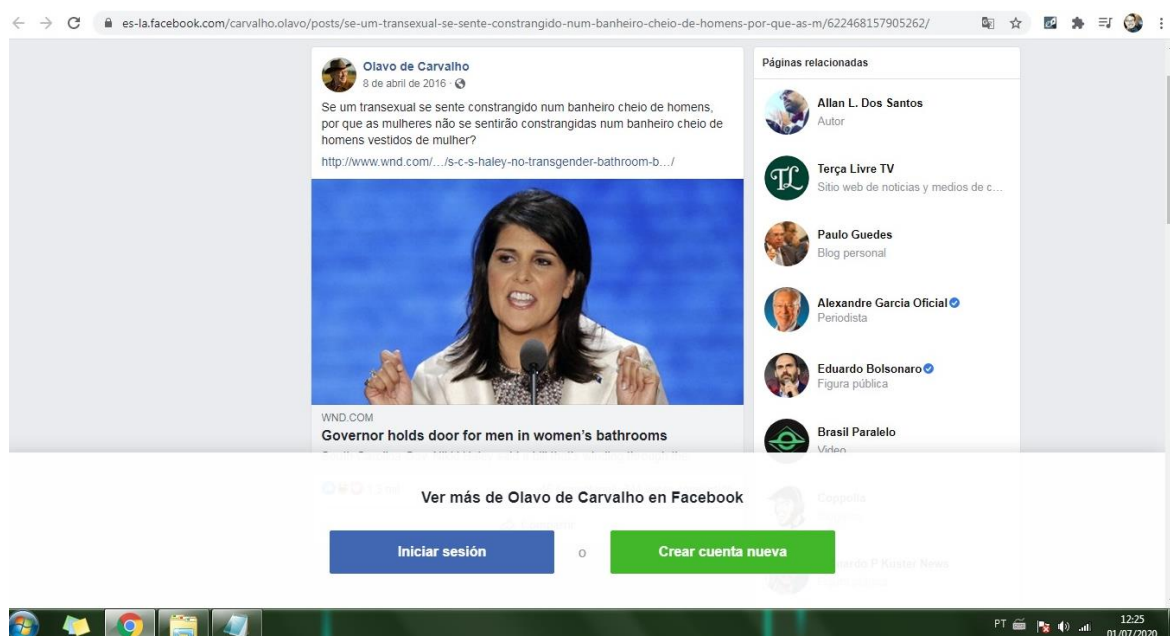
Vê-se que elementos de saber do discurso conservador, marginalizante, continuam produzindo sentido na SD4, uma vez que Olavo de Carvalho continua o *seu* ataque, afirmando que a “conduta transexual” é tão somente o plágio da moda. Curiosa colocação, pois é justamente na moda que se exprime, com bastante visibilidade, a autenticidade do sujeito.

Olavo de Carvalho afirma ainda que tudo não passa de “construções culturais” (aqui o termo cultura nos permite remeter à metapolítica). Pela troca de uma palavra, Olavo de Carvalho quase chega à conclusão de Judith Butler (*constructo social!*), o que nos aproxima do esquecimento nº 1 (PÊCHEUX, 2014), pela ilusão da autoria na afirmação (“é uma construção”), quando, por não se encontrar na exterioridade daquela formação discursiva que o domina, o sujeito não percebe o já-dito – e o movimento existente no processo histórico de construção (construção de identidades, construção social, e, nas palavras de Olavo, “construção cultural”).

Não por acaso, antes desta afirmação, possuindo no interdito do seu discurso uma noção equivocada de construção, Olavo tenta destruir a concepção transfeminista de que, para se alcançar a igualdade, é preciso acabar com os estereótipos (hetero e cisnormativos) de gênero. Não como um conhecedor do discurso, pois na pesquisa não se encontrou nenhuma evidência empírica de que tenha existido contato de Olavo de Carvalho com a AD, mas como conhecedor do poder das palavras bem posicionadas, Olavo tenta, na SD4, desconstruir toda a luta das pessoas trans e, anteriormente à elas, das feministas em geral. Desse modo, a ideologia dominante se materializa no discurso conservador, que, materializado na língua (e no espaço digital), busca interromper o avanço de uma tendência progressista na sociedade brasileira.

SD5: “Se um transexual se sente constrangido num banheiro cheio de homens, por que as mulheres não se sentirão constrangidas num banheiro cheio de homens vestidos de mulher?”

Imagem 10 - Publicação no Twitter.



Disponível em: <https://es-la.facebook.com/carvalho.olavo/posts/se-um-transexual-se-sente-constrangido-num-banheiro-cheio-de-homens-por-que-as-m/622468157905262/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

Tem-se aqui o funcionamento da ideologia do medo e o discurso conservador com deslizamentos de sentidos inerentes à concepção de homem e mulher. Na SD5, Olavo trabalha com a memória discursiva da violência de gênero, algo combatido por quem defende a equidade de gênero, para tentar convencer o outro, considerando que a postagem é sempre *para* alguém.

Se na SD4 há uma referência ao estereótipo da moda, aqui as vestimentas aparecem novamente: “homens vestidos de mulher”. Desse modo, procura-se *conservar* costumes e hábitos sociais, com o argumento de que assim a sociedade será melhor. Na SD5, entretanto, não se cogita sequer a possibilidade da nomenclatura correta (trans), como igualmente ocorreu na SD4. Talvez pela questão temporal, esta SD é de 2016, um ano antes da SD5 – momento em que os debates sobre pessoas trans, em larga escala nas redes sociais, ainda estavam começando no país.

Conforme foi observado em momentos anteriores desta exposição, o silenciamento possui forte presença em todo o espectro do discurso conservador (conservadorismo, autoritarismo e religioso) – e aqui não é diferente. Ao dizer “homem vestido de”, não se diz “mulher” ou “trans” – como efeito do dito silenciando o não dito (ou o que deveria ter sido dito), pelo *Esquecimento nº 2* (PÊCHEUX, 2014), da ordem da enunciação.

Nesta perspectiva, o termo “constrangidas” funciona como “identificação simbólica⁵⁰” (PÊCHEUX, 2014, p. 163), que estabelece relação entre o medo das mulheres [cis, héteros], que na materialidade-histórica do discurso conservador sempre foram oprimidas pelo homem, e o medo que elas *devem* sentir (pois assim sugere a SD5) dos “novos homens”, agora “vestidos de mulher”. Trata-se de um movimento do inconsciente (PÊCHEUX, 2014) no conservadorismo, agindo sobre as relações sociais de gênero.

Por sua vez, o artigo indefinido no masculino (“um transexual”) evidencia, erroneamente, que a pessoa transexual ali retratada pertence ao gênero masculino. Para se sentir constrangida em banheiro masculino, com medo da violência histórica heteronormativa, há que se tratar de “uma” transexual (artigo indefinido no feminino singular). Aqui também pelo efeito do *Esquecimento nº 2*, no uso do artigo indefinido, o sujeito-falante, “‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2014, p. 161).

SD6: “Se um homem consegue revestir-se de uma aparência feminina tão convincente que nada de masculino consigo perceber nele à primeira vista, não posso impedir meus olhos de enxergá-lo como mulher. "Mutatis mutandis", se o cidadão não passa, a olhos vistos, de um homem vestido de mulher, nada no mundo pode me obrigar a vê-lo como mulher, exceto a prepotência estatal que aprisiona minha percepção numa camisa-de-força verbal calculada para subjuga-

⁵⁰ No rodapé de sua obra, Pêcheux (2014, p. 163) explica: “essa identificação simbólica domina as identificações imaginárias através das quais toda representação verbal, portanto, toda ‘palavra’, ‘expressão’ ou ‘enunciado’, se reveste de um sentido próprio, ‘absolutamente evidente’, que lhe pertence”.

la, primeiro, e destruí-la, depois. A idéia mesma de ‘gênero’, no sentido corrente, foi inventada para subjugar as percepções espontâneas a uma convenção linguística artificiosa.”

Imagem 11 - Publicação no Twitter.



Disponível em:

<https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/931298113688930/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

Na SD6, novamente, notamos o deslizamento de sentidos entre “homem se vestir de homem”, “mulher se vestir de mulher”; “homem se vestir de mulher” e “mulher se vestir de homem”. Nota-se, ainda no início, a forte binaridade (homem/mulher), elemento de saber do discurso conservador que possui, neste aspecto, uma memória discursiva do padrão binário e cisnormativo.

Da contradição entre a memória discursiva e a memória metálica (postagem em rede social), tem-se a memória digital (DIAS, 2018), que

difere da memória metálica, mas não se descola dela, pois se, por um lado, a memória metálica funciona pela quantidade, pela possibilidade de armazenamento e processamento dos dados, por outro lado, a memória digital é um resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento do discurso digital, pelo trabalho do interdiscurso (DIAS, 2018, p. 161).

Portanto, há deslizamento da binaridade da memória discursiva para a

memória digital, havendo nesta potencializado o efeito da circulação em rede, uma vez que a postagem, mais do que algo *para* alguém, é algo feito para circular (DIAS, 2018). Cabe lembrar que este algo não é o discurso em si (objeto teórico), mas o objeto de análise (ORLANDI, 2012).

E no processo de circulação das postagens há novos assujeitamentos ao discurso dominante. Na SD6, faz-se circular o efeito de sentido da binaridade, considerando que o digital possuía (e possui) atuação direta nas relações fora da internet, e isso guarda relação com o assujeitamento no discurso. Nesta perspectiva, para Dias (2018, p. 125), o e-urbano é “a forma material da cidade em que o processo de produção de sentido no/do espaço urbano, a produção da vida, no que diz respeito às suas relações sociais e políticas, são significados pelo eletrônico em sua forma digital.”

Embora na SD6 não se tenha uma influência direta na *cidade*, mas sim nas *relações sociais e políticas*, não podemos deixar de considerar o efeito internet - exterioridade da internet, quando observamos, por exemplo, os protestos da direita conservadora no Brasil.

Imagem 12 - apoiadores de Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho vão às ruas de Maceió após convocações pela internet, 2019.



Arquivo pessoal/Fábio Esteves.

Podemos considerar, numa abordagem discursiva, que há um “alargamento da cidade, uma cavidade na cidade-esgarçada pelo digital como discurso-transverso” (DIAS, 2018, p. 109). Desse modo, na ampla circulação de dizeres, encontra-se o “funcionamento do discurso digital no processo de produção dos sentidos da/na cidade” (DIAS, 2018, p. 119). É quando as manifestações saem do digital e partem para o real das ruas.

Teitelbaum, sabendo do alcance digital de Olavo de Carvalho, discorre sobre a sua influência ideológica e política no Brasil, mesmo após se mudar para a Califórnia, nos EUA:

A visibilidade de Olavo no Brasil, paradoxalmente, aumentou com a mudança. Ele ainda escrevia colunas para veículos importantes, como o *Jornal do Brasil*, mas sua presença *on-line* foi a principal transformação. Em um ano, ele criou um *blog* e começou a produzir programas de rádio *on-line*. Também experimentou as redes sociais: Twitter, Facebook e YouTube. As iniciativas de Olavo deram frutos – sua produção midiática atingiu um número impressionante de espectadores –, ampliando o alcance gerado por livros e artigos em jornais brasileiros (TEITELBAUM, 2020, p. 160).

Recuperando a noção de porta-voz, observamos que Olavo de Carvalho “circulou” para o ambiente digital, e se projetou a partir dele; indo ao ponto, mais do que isto, o efeito de sentido do discurso conservador em circulação no digital contribuiu para o processo de assujeitamento de tantos outros indivíduos que, conectados, foram se identificando com o conservadorismo propagado pelo digital.

Com esta concepção, percebe-se o porquê do uso de um termo em latim em uma postagem (*para* alguém) endereçado a interlocutores diversos, na busca por novos seguidores. Autodeclarado filósofo, Olavo de Carvalho se utilizava do recurso linguístico da norma padrão e aqui do Latim, para produzir uma imagem de homem letrado, culto, na busca por cumprir com os objetivos do movimento conservador: *mutatis mutandis*, que, em tradução livre, seria “mudando o que precisa ser mudado”, ou “com as devidas mudanças/modificações”.

Utilizando-se da paráfrase, Olavo de Carvalho resgata no interdiscurso conservador o senso comum de homem/mulher quanto às suas aparências físicas

(corpóreas e vestimentais) para silenciar a pessoa trans, dizendo que não a vê (“nada no mundo pode me obrigar a vê-lo como mulher”). A seguir, trata da força do Estado (“prepotência estatal”) que o “força” a “ver” (reconhecer) uma pessoa trans: um raro momento em que Olavo de Carvalho se descola entre o discurso conservador (amplamente amparado na força estatal) e o discurso liberal (menos Estado).

Entretanto, na última oração da SD6, Olavo de Carvalho, pela memória conservadora, trata da luta das pessoas trans como uma invenção (“a ideia mesmo de gênero, no sentido corrente, foi inventada para [...]”), em mais um gesto de silenciamento dos atores políticos no decorrer da história.

A postagem encerra reduzindo tudo a uma mera “convenção linguística artificiosa”. Situando o fundamento da questão no campo linguístico, incorre-se no equívoco de ali também apontar os elementos de sua contraposição, na disputa pela palavra no uso de substantivos (homem, mulher, travesti), prefixos (cis, trans, homo, hetero, bi) e nos deslizamentos quando do uso dos adjetivos.

No caso do episódio do shopping de Maceió, anteriormente abordado, por exemplo, a questão seria reduzida à identificação do banheiro como feminino e não ao processo histórico de construção do feminino e seus efeitos de sentido, na interpelação dos indivíduos em sujeitos, para retomar aqui a tese althusseriana. Desse modo, o discurso conservador produz efeitos de silenciamento e exclusão – tirando das pessoas trans a humanidade que lhes é assegurada e deslocando para elas o sentido de fraude, de algo (convenção linguística) falso e, portanto, não merecedor de atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises das sequências discursivas aqui formuladas e da abordagem teórica entre discurso autoritário, discurso religioso e discurso conservador, observamos no imbricamento destes discursos a sobreposição do discurso conservador no processo de circulação, tendo em conta o ambiente digital. Vimos que a internet, enquanto lugar de amplo funcionamento da linguagem (DIAS, 2018), funciona como instrumento destes discursos.

Considerando que a língua “sempre foi um *lugar de poder*. Um trunfo, uma *arma para o controle, a regulação das populações*” (DIAS, 2018, p. 171, grifos nossos), foi possível identificar que o discurso conservador intensifica a discriminação das pessoas trans, através da constituição, formulação e circulação de sentidos nas redes sociais, e para tanto recupera elementos autoritários no espaço político e se utiliza também de figuras midiáticas para reforçar o conservadorismo nos interlocutores que com ele se identificam, enquanto contribui para a repressão e silenciamento dos seus opositores.

Uma vez situando a nossa pesquisa sobre gênero no campo da Análise do Discurso, resgatamos um trecho do memorial de Amaral (2018, p. 10), no qual a pesquisadora afirma que “é reveladora a condição da mulher submissa à domesticidade e excluída das intelectualidades na qual fui formada até o dia em que ousei subverter a cultura dominante”. Tal qual as mulheres cisgêneras lutam há muitas décadas, as pessoas trans, pelas vivências, movimentos da sociedade civil organizada e literaturas/pesquisas transfeministas, vêm também ousando “subverter a cultura dominante” – sendo esta pesquisa, no campo do saber, mais um grão de areia na vasta praia de produções acadêmicas e científicas sobre as pessoas trans, o discurso conservador e a análise do discurso – na perspectiva de que surjam infinitos outros grãos...

Desse modo, entendemos ser apropriado para encerrar esta dissertação, embora a pesquisa tenha desdobramentos, trazer as palavras da trans Lanna

Hellen⁵¹ que, em retorno ao shopping onde foi humilhada, em razão da sua essência e sua identidade, fez a belíssima e humana fala que se segue e com a qual encerramos nossa exposição, em reconhecimento ao lugar de enunciação dos sujeitos dos quais tratamos ao longo da nossa pesquisa:

Não interessa se você é lésbica, se você é gay, se você é bi, se você é trans. Se eu sou travesti ou o que é que eu sou. O que importa é o meu caráter e o meu valor [...] a dignidade e o respeito [...] a gente tem sim que lutar pelo o que é nosso, a gente tem que lutar pelo o que é nosso direito, conquistar; chega de ser leigo, pesquise e vá atrás das leis, busquem [conhecimento], que todos nós venceremos.

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MZPSIIQT5r0>. Acesso em: 01 fev. 2022. Palavras utilizadas com a devida autorização.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Marxismo e humanismo. *In: Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

AMARAL, M. V. B. Abram aspas! O outro quer falar. *In: ZOZZOLI, R. M. D. (org) Ler e produzir: discurso, texto e formação do sujeito leitor/autor*. Maceió: Edufal, 2002, p. 149 – 165.

AMARAL, M. V. B.; ERICSON, S. V. da S. REMONTEMOS DE PÊCHEUX A MARX/ENGELS – revisitando noções do materialismo histórico. *In: VII Simpósio SEAD*. Recife, 2015.

AMARAL, M. V. B. **Vida, Obra e Memória**: progressão funcional à classe de professor titular da UFAL. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5172/1/Vida%2C%20obra%20e%20mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ASSEMBLEIA Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 set. 2021.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 87–100, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17178. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras Escreve**, v. 7, p. 137-164, 2017.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. "**Cisgênero**" nos discursos feministas: uma palavra "tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida". Campinas: UNICAMP/ IEL/ Setor de Publicações, 2018. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgenero-nos_discursos_feministas_uma_palavra_tao_defendida_tao_atacada_tao_pouco_entendida.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

BALDINI, L. Discurso e cinismo. *In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Discurso e...* Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2012.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. Brasil, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>.

Acesso em: 21 mar. 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Brasil**: país do transfeminicídio. Brasil, 04 jun. 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BORDA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *In*: **Revista Estudos Feministas**, v. 16 n. 2, UFSC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL Paralelo. **O que é conservadorismo?** Entenda as ideias dessa corrente de pensamento. Disponível em: brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-conservadorismo?gclid=Cj0KCQiAi9mPBhCJARIsAHchl1zQtQN8uejyTXXzUvbp_1-m9CszfGF3Whzs4q9GcBn_OOI6bANREgQaAgIREALw_wcB. Acesso em: 30 jan. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2014.

CASSANA, M. F. . Os deslizamentos de sentido: efeitos metafóricos e metonímicos no discurso do corpo. *In*: **Letras Escreve** , v. 7, p. 33-58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/2999>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CASSANA, Mônica Ferreira. **Língua, discurso e gênero**: uma análise em contraponto. *Travessias*, Cascavel, v. 12, n. 4, p. 55-68, dez. 2018. ISSN 1982-5935. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20937>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CAVALCANTI, Fillipe Manoel Santos. **A formação em enfermagem no Brasil e as imposições do capital em crise**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4734>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009 [1981].

COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: as mutações do olhar – o século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIAS, Cristiane. **Análise do Discurso Digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. **Michaelis**. São Paulo:

Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

ERICSON, Sóstenes. **Agronegócio e agricultura familiar**: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/1427>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, Dez. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300707&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 jul. 2021. Epub Out. 16, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707>.

ERICSON, S.; ESTEVES, F. Do “não ousem contestar” ao “cala a boca!”: efeitos de sentido do discurso autoritário. **Revista Investigações**. v. 34, n.2 (2021). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/251102>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ESTEVES, F. J. As cores que descolorem: conservadorismo e efeitos de sentido. **Leitura**, [S. l.], n. 69, p. 356–366, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.2021v0n69p356-366. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12204>. Acesso em: 03 set. 2021.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blucher, 1990.

FISCHLER, C. Obeso benigno. Obeso maligno. *In*: SANT’ANNA, D. B., **Políticas do Corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. *In*: **Práticas discursivas e identitárias** – sujeito e língua. CAZARIN, E.A.; GRIGOLETTO, E. ; MITTMANN, Solange (Orgs.). Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, p. 9-31, 2007 [1971].

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/344>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 365-388, 17 dez. 2020.

JAMILK, Pablo. **Entenda linguagem neutra de gênero**: um debate necessário. 1 ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. “Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo”. **Revista universitas humanística**, Bogotá, Colombia, v. 78, n. 78, p. 241-257, 2014a. Disponível em Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410> Acesso em 29 jan. 2022.

KULICK, D. Transgender and Language: A review of literature and suggestions for the future. **Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 5, 1999, p. 601-622.

MALDIDIER, Denise **A inquietação do discurso** – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. [1847]. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MILANEZ, N. **As aventuras do corpo**: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP: Araraquara, 2006.

NASCIMENTO, Danielle Cândido da Silva. **Medo e consumo**: os efeitos de sentido da “publicidade de choque”. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6072>. Acesso em: 16 dez. 2021.

NORONHA, Raquel. **Discurso neoliberal e gênero**: uma análise do discurso empresarial . 2020. 1 recurso online (159 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

PAVEAU, Marie-Anne. **Les énoncés natifs du web: analyse du discours des réseaux sociaux numériques** (Twitter, Facebook, Pinterest). Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/anexos/MAP-Conf.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PAVEAU, M.-A. Uma enunciação sem comunicação: as tatuagens escriturais. **RUA**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 6–41, 2015. DOI: 10.20396/rua.v16i1.8638829. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638829>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi [Entrevista

cedida à Raquel Goulart Barreto]. **Revista Teias**, Rio de Janeiro: Uerj, ano 7, nº13-14, p. 1-7, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni P. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individualização e identidade Pousoalgrense. (Pág. 13-34) *In: Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas*. ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.): Campinas, Editora RG, 2011. 160p

ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PAVEAU, M.-A. *Que veut dire travailler en analyse du discours en France en 2011? Épistémologies, objets, méthodes*, actes du colloque. **III Encontro Internacional de Estudos da Linguagem**, septembre 2011. Anais do Enelin 2011. Disponível em: www.cienciasda Linguagem.net/enelin. 2012b

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 7 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**: Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, v. 28, n. 1, p. 19-54, 2007.

SILVA, S. E. V.; CAVALCANTI, F. M. S. **O processo de formação do**

enfermeiro brasileiro face às imposições do modelo neoliberal. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, Samuel Barbosa. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do capital.** 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6115>. Acesso em: 29 jan. 2022.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade:** o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos modernos:** discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZOPPI FONTANA, M. G. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Volume 12, nº 18, 2017.